

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE**

ADHEMAR CHUFALO FILHO

**DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL COMO NORMATIVA EM GERAL**

PALMAS-TO

2020

ADHEMAR CHUFALO FILHO

**DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL COMO NORMATIVA EM GERAL**

Relatório conclusivo de Pesquisa Aplicada apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola da Magistratura Tocantinense, na linha de pesquisa Instrumentos de Acesso à Justiça e Tutela de Direitos, subárea de concentração Educação em Direitos Humanos (EDUCADH), como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Principais produções: Relatório conclusivo trilingue: Português, Braille e Libras. Material didático: Cartilha “Posso ajudar ?” Produto de Comunicação: Programa de mídia realizado.

Orientação: Professora Doutora Patrícia Medina

PALMAS-TO

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C559d Chufalo Filho, Adhemar.

Direitos humanos das pessoas com deficiência: acessibilidade atitudinal como normativa em geral. / Adhemar Chufalo Filho. – Palmas, TO, 2020.

72 f.

Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, 2020.

Orientadora : Patricia Medina

1. Direitos Humanos. 2. Pessoas com Deficiência. 3. Direito à Inclusão Social. 4. Acessibilidade Atitudinal. I. Título

CDD 342

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

ADHEMAR CHÚFALO FILHO

**“DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE
ATITUDINAL COMO NORMATIVA EM GERAL”**

Dissertação propositiva apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

Data da aprovação: 17 de novembro de 2020.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Patricia Medina
Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira
Membro Avaliador Interno
Universidade Federal do Tocantins

Profa. Dra. Denise de Barros Capuzzo
Membro Avaliador Externo
Universidade Federal do Tocantins

Palmas – TO
2020

Dedico este trabalho a todos os que acreditam que Direitos Humanos, um dia, serão incorporados ao nosso cotidiano como normas de convivência naturais, independentemente de imposições. Em especial aos meus pais, Ivany Thereze e Adhemar *in memoriam*, esposa Léia, filha Amanda por tudo o que representam em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força, amparo e proteção que me deu no decorrer do curso e me dá na vida.

À minha família que sempre apoia minhas iniciativas, em especial à esposa Léia, por acreditar que querer é poder, e à filha Amanda.

À minha professora e orientadora doutora Patrícia Medina por ter assumido o desafio. Ao professor doutor Jorge, seu esposo, que fez a revisão na cartilha “Posso ajudar?”

À sua filha Hizadora, coautora do nosso terceiro artigo.

À Izabela e ao Vicente, filha e neto, pessoas muito queridas.

Ao professor Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira, coordenador do Programa e membro da minha banca examinadora.

A todos os professores e professoras que dedicaram suas horas a nos mostrar o caminho correto rumo aos Direitos Humanos na verdadeira acepção do termo.

À professora doutora Denise Capuzzo, por tão gentilmente aceitar ser membro externo da minha banca examinadora.

À Eugênia Paula Meireles Machado, da Secretaria do Mestrado, que pacientemente nos acompanhou, orientou em todos os momentos no decorrer do curso e encaminhou um dos questionários aos alunos e ex-alunos da ESMAT.

À Darllane Cristina dos Santos Ferreira Tacho, do Tribunal de Justiça, que nas horas vagas trabalhou dados para minha pesquisa.

À Camila Carvalho Costa, *designer*, que captou com perfeição minhas ideias e fez a arte da cartilha “Posso ajudar ?”

À Kezia Reis de Souza e à Gabriela Almeida do Centro de Comunicação Social do Tribunal de Justiça por me atenderem com muito carinho e terem enviado os questionários aos servidores e magistrados.

A Manoel Mendes Amorin, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que formatou e imprimiu o trabalho final em Braille e a Tullyo da Silva Braga que fez a tradução e interpretação em LIBRAS.

À equipe técnica do estúdio da ESMAT por ocasião da filmagem de um dos vídeos, produto do Mestrado, e a todos que me receberam com tanto carinho naquela Escola. Aos colegas do Mestrado pela união e carinho, embora nosso pouco tempo de convivência.

RESUMO

Trata-se de relatório técnico que tem como objetivo propor a implementação de palestras, cursos, workshops, oficinas de artes, propaganda nos veículos de comunicação, rádio, televisão, mídias sociais para a sensibilização de seus servidores e magistrados, a fim de aperfeiçoar o atendimento nos Fóruns. Entende-se que a exposição maciça dos métodos acima descritos podem também levar à convivência positiva em que a aparente diferença seja diluída pela compreensão de que todos são iguais em suas desigualdades, e detentores de Direitos Humanos à inclusão social sem nenhum tipo de barreira atitudinal. Para isso, foram feitas duas pesquisas, uma nos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal, para levantar dados a respeito da acessibilidade nos prédios da capital e interior como uma das formas de acessibilidade atitudinal antecedente para viabilização da acessibilidade arquitetônica. Há cursos, palestras, amostra de artes, exposições relacionadas ou feitas por pessoas com deficiência para sensibilização a respeito da realidade das pessoas sem deficiência, os quais geram empatia, pressuposto à acessibilidade atitudinal. Qual a população de magistrados e servidores com deficiência para aferir se há paridade entre os servidores com e sem deficiência, cujo resultado demonstrará se houve acessibilidade atitudinal no decorrer do tempo por parte dos gestores, embora legislação a respeito. A segunda pesquisa foi feita aos servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para que eles respondessem sobre suas condições físicas ou psicológicas como panorama a fundamentar a pesquisa. Se há treinamentos aos servidores para que possam atender de forma adequada e consentânea ao tipo de deficiência dos jurisdicionados que procuram o Poder Judiciário. Se servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins têm conhecimento da legislação específica sobre pessoas com deficiência e se atitudinalmente colocam-na em prática; se tiveram algum tipo de treinamento para o atendimento dessa parte da população e se assistiram ou participaram de algum evento artístico, exposições.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Pessoas com Deficiência. Direito à Inclusão Social. Acessibilidade Atitudinal.

ABSTRACT

This is a technical report that aims to propose the implementation of lectures, courses, workshops, arts workshops, advertising in the media, radio, television, social media to raise the awareness of its civil servants and magistrates, in order to improve service in the courthouse. It is understood that the massive exposure of the improved methods above can also lead to positive coexistence in which the apparent difference is diluted by the understanding that everyone is equal in their inequalities, and holders of Human Rights to social inclusion without any kind of attitudinal barrier. To this end, two surveys were carried out, one in the State and Federal District Courts of Justice, to collect data on accessibility in the capital and interior buildings as one of the forms of antecedent attitudinal accessibility to make architectural accessibility feasible. There are courses, lectures, art samples, related or made by people with disabilities to raise awareness about the reality of people without disabilities, which generate empathy, presupposed to attitudinal accessibility. What is the population of magistrates and civil servants with disabilities to assess whether there is parity between civil servants with and without disabilities, the result of which will demonstrate whether there was attitudinal accessibility over time by managers, despite legislation on this subject. The second survey was made to the civil servants and magistrates of the Court of Justice of the State of Tocantins, so that they can answer about their physical or psychological conditions as the fundamental panorama for a research. If there is training for civil servants to meet the type of disability appropriate to the jurisdictions that seek the Judiciary, in an appropriate way. Whether civil servants and magistrates of the Tocantins State Court of Justice are aware of the specific legislation on people with disabilities and whether they are putting it into practice; if there was any type of training to serve this population and if they attended or participated in any artistic, creative event.

Keywords: Human Rights. People With Disabilities. Right to Social Inclusion. Attitudinal Accessibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Prédios dos Tribunais de Justiça e Fóruns com acessibilidade arquitetônica.....	29
Figura 2 - Percentual escalonado de acessibilidade arquitetônica aos Tribunais de Justiça. ...	30
Figura 3 - Tribunais de Justiça que oferecem a seus servidores algum tipo de treinamento para o acolhimento ou atendimento a pessoas com deficiência.	31
Figura 4 - Tipos de treinamento aos servidores e magistrados oferecido pelos Tribunais de Justiça.	32
Figura 5 - Tribunais de Justiça que promovem exposições ou mostras artísticas de quadros, fotos ou outros, feitos por ou sobre pessoas com deficiência.....	33
Figura 6 - Eventos promovidos pelos Tribunais de Justiça.	34
Figura 7 - Criação de Comitês ou Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão das pessoas com deficiência nos Tribunais de Justiça.	35
Figura 8 - Regulamentação positivada das Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais de Justiça.	36
Figura 9 - Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais de Justiça em funcionamento.	37
Figura 10 - Quantitativo de servidores e magistrados com deficiência nos quadros dos Tribunais de Justiça.	38
Figura 11 - Quantitativo de servidores e magistrados que se declaram com deficiência no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.	41
Figura 12 - Tipos de deficiência dos servidores e magistrados no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.....	42
Figura 13 - Quantitativo de servidores e magistrados que dizem conhecer a legislação específica e grau de conhecimento.	43
Figura 14 - Servidores e magistrados que receberam treinamento para assistir, atender ou conduzir pessoas com deficiência.....	44
Figura 15 - Tipos de deficiência para a qual foi treinado o servidor ou magistrado no atendimento às pessoas com deficiência.	45
Figura 16 - Servidor e magistrado que demonstram interesse em fazer um treinamento para atender pessoas com deficiência.....	46
Figura 17 - Servidores e magistrados que já assistiram ou acompanharam alguma apresentação artística feita por pessoa com deficiência, e qual o tipo.	47

Figura 18 - Servidores ou magistrados que têm interesse em acompanhar ou assistir a evento artístico promovido e executado por pessoas com deficiência.....	48
Figura 19 - Servidores e magistrados que, na exposição constante de pessoas com deficiência, as veriam com mais naturalidade.....	49
Figura 20 - Servidores e magistrados para os quais faria alguma diferença um treinamento para assistir, conduzir ou atender pessoas com deficiência.....	50
Figura 21 - Distribuição dos tipos de deficiência no Brasil.	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Prédios dos Tribunais de Justiça e Fóruns com acessibilidade arquitetônica.	29
Tabela 2 - Percentual escalonado de acessibilidade arquitetônica aos Tribunais de Justiça. ...	30
Tabela 3 - Tribunais de Justiça que oferecem a seus servidores algum tipo de treinamento para o acolhimento ou atendimento a pessoas com deficiência.	31
Tabela 4 - Tipos de treinamento aos servidores e magistrados oferecidos pelos Tribunais de Justiça.	33
Tabela 5 - Tribunais de Justiça que promovem exposições ou mostras artísticas de quadros, fotos ou outros, feitos por ou sobre pessoas com deficiência.	34
Tabela 6 - Eventos promovidos pelos tribunais de Justiça.	35
Tabela 7 - Criação de Comitês ou Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão das pessoas com deficiência nos Tribunais de Justiça.	36
Tabela 8 - Regulamentação positivada das Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos tribunais de Justiça.	37
Tabela 9 - Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais de Justiça em funcionamento.	38
Tabela 10 - Quantitativo de servidores e magistrados com deficiência nos quadros dos Tribunais de Justiça.	39
Tabela 11 - Quantitativo de servidores e magistrados que se declaram com deficiência no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.	41
Tabela 12 - Tipos de deficiência dos servidores e magistrados no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.	42
Tabela 13 - Quantitativo de servidores e magistrados que dizem conhecer a legislação específica e grau de conhecimento.	43
Tabela 14 - Servidores e magistrados que receberam treinamento para assistir, atender ou conduzir pessoas com deficiência.	44
Tabela 15 - Tipos de deficiência para a qual foi treinado o servidor ou magistrado no atendimento às pessoas com deficiência.	45
Tabela 16 - Servidor e magistrado que demonstram interesse em fazer um treinamento para atender pessoas com deficiência.	46
Tabela 17 - Servidores e magistrados que já assistiram ou acompanharam alguma apresentação artística feita por pessoa com deficiência e qual o tipo.	47

Tabela 18 - Servidores ou magistrados que têm interesse em acompanhar ou assistir a evento artístico promovido e executado por pessoas com deficiência.....	48
Tabela 19 - Servidores e magistrados que, na exposição constante de pessoas com deficiência, as veriam com mais naturalidade.....	49
Tabela 20 - Servidores e magistrados para os quais faria alguma diferença um treinamento para assistir, conduzir ou atender pessoas com deficiência.....	50
Tabela 21 - Distribuição dos tipos de deficiência no Brasil.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
EDUCADH	Educação em Direitos Humanos
ESMAT	Escola Superior da Magistratura Tocantinense
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO, PROBLEMATIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2 JUSTIFICATIVA	21
3 OBJETIVOS	23
3.1 Objetivo geral.....	23
3.2 Objetivos específicos.....	23
4 METODOLOGIA.....	24
5 RESULTADOS – PROCEDIMENTOS E PRODUTOS	26
5.1 Acessibilidade nos Tribunais de Justiça do Brasil.....	26
5.2 Perspectiva dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins em relação à pessoa com deficiência	40
6 CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO, PROBLEMATIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Direitos Humanos são gestados no ventre da Humanidade desde o início, e, de acordo com Grant et. al. (2017), as origens humanas têm aproximadamente duzentos mil anos, tendo a Austrália como uma das primeiras moradas.

Lenza (2012) apresenta-nos os Direitos Humanos em cinco dimensões, de acordo com o desenvolvimento e a evolução da Humanidade, quais sejam, 1ª dimensão como linha divisória do Estado autoritário para o Estado de Direito, o respeito às liberdades individuais cronologicamente representados pela Magna Carta, de 1215, assinada pelo Rei João Sem Terra; a Paz de Westfália, 1648; *Habeas Corpus Act*, 1679; *Bill of Rights*, 1688, Declarações americana, 1776, e francesa, 1789. Na 2ª Dimensão deixa-se o individualismo e passa-se a visar os Direitos Sociais, com a Constituição do México, 1917; Constituição de Weimar, 1919, Alemanha; Tratado de Versalhes, 1919, OIT; no Brasil a Constituição, de 1934, “lembrando que nos textos anteriores também havia alguma previsão” (LENZA, 2012, p. 959). A 3ª dimensão representada pelos direitos transindividuais em que se pretende a proteção do gênero humano com alto teor de humanismo e universalidade. “Segundo Bonavides, a teoria de Karel Vasak, identificou, em rol de exemplificação” (LENZA, 2012, p. 961), o direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e direito à comunicação. A 4ª dimensão, “segundo orientação de Norberto Bobbio, referida geração de direitos decorreria dos avanços no campo da engenharia genética, ao colocarem em risco a própria existência humana por meio da manipulação do patrimônio genético” (LENZA, 2012, p. 960). A 5ª dimensão, o Direito à Paz, que, na classificação de Karel Vasak, está inserto como direito de 3ª dimensão, “contudo Bonavides entende que o direito à paz deva ser tratado em dimensão autônoma” (LENZA, 2012, p. 961).

A preocupação com os Direitos Humanos, portanto, não é recente, mas somente depois da Segunda Guerra Mundial, após holocausto, houve movimentação mundial para formalizá-lo, o que se deu com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948 (ONU, 2019).

Devemos inserir esses direitos nas diversas dimensões da vida em sociedade, de forma efetiva e prática, e não só por vias judiciais ou outros meios coercitivos, mas também pela conscientização por meio de um programa educativo em que se leva um pouco de teorização e prática às pessoas sem deficiência, para que avaliem, em situações do cotidiano, quais as

dificuldades de uma pessoa com deficiência como detentora de Direitos Humanos na sua mais ampla acepção.

Trata-se da inclusão social das pessoas com deficiência pela acessibilidade atitudinal, como a assimilação espontânea e voluntária, o que difere simplesmente da atitude que se externa, mesmo contra a vontade, ante a repressão legal, ética, moral. A atitude ou comportamento diante das alternativas, por exemplo, de se estacionar em vaga reservada por pessoa não deficiente, na mente desta se formula se estaciona, ou não, mas opta por não estacionar, porém o faz por receio de ser multada e ter o veículo apreendido, e não porque aquela vaga está reservada a pessoas com alguma dificuldade de locomoção.

Nessa concepção, não se estaciona para não ser multado e ter o veículo apreendido, pois pouco importa se as pessoas que precisam daquela vaga têm condições físicas desfavoráveis à locomoção, não se cogita do ser humano suas necessidades, e suas dificuldades motoras não interessam nem o tocam, o que não quer é ser multado, assim convenientemente não estaciona naquela vaga por receios outros que não a solidariedade.

A assimilação consciente, voluntária e espontânea se faz em observar com olhos de ver as necessidades das outras pessoas, independentemente de serem pessoas com deficiência, ou não. O respeito, para com as normas legais, éticas, morais, é consciente. Adere-se por saber que faz parte de um todo que engloba pessoas, animais, ambiente, coisas, conscientizando-se de que não existe quem possa viver só, isolado, à parte do mundo, e age de modo fraterno ou correto para com todos, o que configura a acessibilidade atitudinal superando barreiras que, nos moldes da Lei nº 13.146, de julho de 2015 (BRASIL, 2019a), artigo 2º, parágrafo 1º, inciso IV, alínea “e”, as define como “barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2019a, *online*), e nos termos da cartilha do Ministério da Educação intitulada “Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior”, que “refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras” (BRASIL, 2020a, p. 34). A nossa observação aos Referenciais de Acessibilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que se aplicam às instituições de ensino superior, dá-se pela forma como foi descrita a acessibilidade atitudinal que, em poucas palavras, define com clareza um termo ainda em construção.

Trata-se até mesmo de mudança para conduta ética, pois “os princípios éticos fundamentais para a vida em sociedade são os valores da justiça, tolerância, solidariedade, responsabilidade, democracia, liberdade, compaixão, respeito, dignidade, igualdade e prudência” (LUIZ, 2020, p. 244). Essa mudança de atitude por receio de punição para atitude por meio de adesão consciente e voluntária em respeito aos direitos das outras pessoas ocorre necessariamente pela educação, conforme afirmativa de Delors, a qual, “perante os múltiplos desafios suscitados pelo futuro, a educação surge como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social” (UNESCO, 2012, p. 5).

A acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência sem barreiras atitudinais são Direitos Humanos a serem materializados, pois grande parte da população entende ser somente em relação a barreiras urbanísticas e arquitetônicas, reserva de vagas, preferência em filas ou outras análogas.

Da mesma forma em relação a Direitos Humanos, pois há uma errônea compreensão e minimização do que realmente significam esses direitos; muitos entendem como aplicação somente às pessoas que transitam à margem da Lei.

Porém, são muito mais:

Direitos Humanos são aqueles que o indivíduo possui simplesmente por ser uma pessoa humana, por sua importância de existir, tais como: o direito à vida, à família, à alimentação, à educação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual e ao meio ambiente sadio, entre outros. (BRASIL, 2020b, p. 11).

Verificamos, então, que a normativa nacional ou internacional trata de variados temas que regulam matérias relativas à pessoa com deficiência, sendo bem extensas, perfeitamente aplicáveis, e em consonância com as necessidades dessa parcela com mais de quarenta e cinco milhões de pessoas no Brasil, considerando “as pessoas com incapacidade total, as com grande dificuldade, as com alguma dificuldade e as que não têm dificuldade” (IBGE, 2020a, *online*).

O termo pessoa com deficiência foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 13 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 3 de maio de 2008, sendo ratificada por vários países – dentre eles o Brasil – para designar a condições de parte da população humana que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição), os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na

sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, de acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas.

O Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 (BRASIL, 2019b), do Congresso Nacional aprovou, e o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2019c), da Presidência da República promulgou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2020) reconhecendo: a) [...] a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo; b) [...] que toda pessoa faz jus a todos os direitos e liberdades ali estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie; c) e reafirmando a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência os exerçam plenamente, sem discriminação. Atente-se, com o status de Emenda Constitucional, por força do parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 2019d). Desde esse tempo, caíram em desuso, pelo menos formalmente, os termos pessoa deficiente, portadora de deficiência, portadora de necessidades especiais e outros similares anteriormente utilizados.

Devemos estar atentos, pois, com base nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Organização das Nações Unidas, em 30 de março de 2007, editou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2020). Esta foi assinada e ratificada pelo Brasil, passando a ter status de emenda constitucional por força do parágrafo 3º, do artigo 5º, da Constituição Federal (BRASIL, 2019d).

Notando então que grande parte das pessoas não respeita essas regras postas, tivemos a percepção de que deveríamos fazer algo para sensibilizá-las a aderirem atitudinalmente ¹aos princípios da convivência não discriminatória e respeitosa para com aqueles considerados de grupos mais frágeis, vulneráveis, no caso, pessoas com deficiência. Nessa linha de raciocínio, entendemos, no meu caso pessoal, que eu poderia expandir minha área de atuação no sentido de levar a mensagem da acessibilidade e inclusão para além das palestras em meios religiosos, à procura de horizontes mais amplos para minha atuação. Notei que, infelizmente, fora das fronteiras religiosas, o que conta são os títulos. Fui dar uma palestra em determinada universidade, mas a pessoa que me convidou solicitou o currículo e pela sua fisionomia notei que se decepcionou por eu não possuir títulos acadêmicos. Não só em busca de título, mas

¹“Refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a esta, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras” (BRASIL, 2020a, p. 37).

também da instrução que me levaria ao conhecimento mais aprofundado dos Direitos Humanos, área que sempre me interessei, motivos pelos quais fui cursar o Mestrado que nos é oferecido pelo Tribunal de Justiça, pela da Escola Superior da Magistratura Tocantinense e Universidade Federal do Tocantins (ESMAT/UFT); com isso, meus horizontes se expandiram em direção ao magistério no ensino superior, pois unindo experiência de vida e instrução acadêmica estou apto ao mister, até mesmo com conhecimento adquirido em Direitos Humanos para os quais não tinha olhos de ver. Este conhecimento será repassado em forma de aulas, palestras, seminários, oficinas específicas ao treinamento para atendimento de pessoas com deficiência no âmbito do Tribunal de Justiça e para além dessas fronteiras.

Partindo dessa premissa, entendemos que a problematização está na aplicação prática dessas normas pela população em geral e mesmo por pessoas com deficiência que, ainda, não assimilaram que os supostamente diferentes possuem os mesmos direitos humanos à vida, à família, à alimentação, à educação, ao trabalho, ao livre exercício da religião pela qual opta ou mesmo pelo ateísmo, e outros da mesma importância.

A acessibilidade e a inclusão atitudinal passam, então, para o campo dos Direitos Humanos ainda não aplicados por falta de processos educativos, seja curricular ou extracurricular, formal e não formal, para prática que conscientize a população em geral, a qual ainda não sentiu que é necessário vivenciar e inserir concretamente no seu dia a dia o respeito às diferenças e às necessidades do seu próximo.

Perguntamos, então, como e o que fazer para inclusão e acessibilidade atitudinal efetiva/concreta das pessoas com deficiência aos instrumentos da Jurisdição, acesso à Justiça e Direitos Humanos?

Apresentamos, neste trabalho, visão geral obtida por dois questionários que servirão de base para proposta de efetividade, em concreto, de normas relativas à acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, como Direitos Humanos não só no campo físico estrutural, mas também atitudinal, moral e ético.

Tendo por base essa problematização, resolvemos enfrentá-la usando a fundamentação teórica e fazendo as ações abaixo.

Buscando literatura, quando no início o projeto trata dos Direitos Humanos propriamente ditos com os direitos relacionados a pessoas com deficiência, encontramos duas obras, quais sejam: Lima e Pinto (2011), com ênfase na atuação do Ministério Público nessas áreas; e Madruga (2016), ambas tratam da forma como a pessoa com deficiência é considerada não detentora de direitos iguais e apresentam temas, como inclusão, ações afirmativas, convenções internacionais.

Encontramos, ainda, artigos com matéria específica que fazem a correlação entre os Direitos Humanos e as pessoas com deficiência e respectiva normativa, que abrange Constituição, Leis, Decretos etc., como os de Alonso e Dantas (2019), Carvalho e Almeida (2019), Corrêa e Brum (2019), e Damasceno (2019).

A preocupação com a educação das pessoas em geral para a efetividade dos Direitos Humanos aplica-se perfeitamente em conjunto com a normativa relacionada às pessoas com deficiência.

Buscamos, também, obras ou artigos que comentassem ou relacionassem alguma forma prática extracurricular ou educação não formal em escolas, treinamentos em empresas, órgãos públicos, oficinas com pessoas sem deficiência que experienciaram com cadeiras de roda, bandagem nos olhos, protetores auriculares que diminuíssem a capacidade de audição, porém não encontramos.

Por se tratar de um trabalho propositivo com pesquisa aplicada, para materialização de oficinas, exposições, teatro, canto como prática corrente nos tribunais, perfeitamente aplicáveis métodos de ensino não formal, inspiramo-nos nas obras de Gohn (2016), Gohn (2018), Cendales e Mariño (2006), e Ghanem, Trilla e Arantes (2008). Ressaltamos que a educação não formal tem como escopo as organizações sociais, associações, sindicatos com a finalidade de lhes transmitir conhecimentos não abarcados pela educação formal, mas com ênfase na vivência, no dia a dia, nas necessidades práticas e não teóricas dos seus membros. Embora com a finalidade retromencionada, podemos expandir para outras finalidades, como a transmissão do conhecimento de como vivem as pessoas com deficiência. Buscamos pela educação extracurricular em escolas particulares na matriz curricular ou públicas de tempo integral que se utilizam da dança, teatro, música, simulação nas ruas, para aulas a respeito das regras de trânsito, idiomas, pintura, como também nas escolas Dom Bosco, de Juiz de Fora; *Happy Code*, de Campinas; Educa Mais Brasil, Brasília; Faculdades ESEG, de São Paulo e Fundação Getúlio Vargas Educação Executiva, de São Paulo. As demais obras que constam da bibliografia relativa a Direitos Humanos, que não citam expressamente pessoas com deficiência, servirão especificamente de subsídio para fundamentar a proposta de implementação de cursos, oficinas, apresentações artísticas no âmbito dos tribunais de Justiça para sensibilização dos servidores e magistrados para vivência do dia a dia das pessoas com deficiência, e treinamento para o atendimento aos jurisdicionados.

2 JUSTIFICATIVA

Justificamos, assim, este relatório técnico por meio de pesquisas, pois será proposta aos tribunais de Justiça a implementação por meio de cursos, insertos em oficinas, *workshop*, treinamentos teóricos e práticos, campanhas, o *modus vivendi* das pessoas com deficiência, aos servidores e aos demais membros dos tribunais de Justiça que não têm problemas físicos em si e em seus familiares, como forma de educação não regular, conscientização, e educação como Direitos Humanos das pessoas com deficiência, e a aplicação desses métodos acima expostos de forma continuada de educação extracurricular ou não formal, pois “ela capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas do conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais” (GOHN, 2016, p. 19).

Justificamos, ainda, a necessidade de cada um fazer a sua parte, não esperando, assim, que somente o Poder Público o faça, pois previsto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2019a), o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Capítulo II, Da igualdade e da Não Discriminação, no artigo 8º:

É dever do Estado, da sociedade e da família, assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação [...]. (BRASIL, 2019a, *online*).

Em consonância com o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 2019, *online*).

Os Direitos Humanos não são considerados somente em alguns casos, são muito mais:

Direitos Humanos são aqueles que o indivíduo possui simplesmente por ser uma pessoa humana, por sua importância de existir, tais como: o direito à vida, à família, à alimentação, à educação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual e ao meio ambiente sadio, entre outros. (BRASIL, 2020b, p. 11).

Na minha visão, magistrado, pessoa com deficiência há mais de trinta anos, a pesquisa e seus resultados se justificam pelas várias situações em que algumas pessoas nos enxergam como super-heróis que superam tudo ou pela consternação de muitos que nos enxergam como infelizes e abandonados pela sorte, ou outros que nos veem como privilegiados pela Lei

quando esta concede prerrogativas para formalmente igualar os desiguais. A título de experiência própria, quando se inicia uma relação de convivência no trabalho, no círculo social ou voluntário, de estudos, as pessoas sem deficiência que passam a participar do meu dia a dia, a princípio, ficam consternadas, preocupadas como agir, mas no decorrer do tempo notam que não existem diferenças na essência, na forma e modo de me conduzir, e que não precisam se preocupar como vou fazer para me locomover e acessar os locais que frequento, passando, assim, de forma positiva, a não me notarem, tornando-me, no bom sentido, invisível, junto e misturado às pessoas em geral; portanto, a educação para conviver.

No âmbito dos tribunais de Justiça, será uma forma de se abrirem, também, para propostas inovadoras, embora de um fenômeno muito antigo, levando aos seus servidores um treinamento adequado às necessidades dos jurisdicionados, forma objetiva, e da própria conscientização e educação de cunho pessoal, forma subjetiva, e de modificação.

Tratamos de modelar em abordagem interdisciplinar de educação, uma vez que visa localizar, estudar e propor procedimentos pedagógicos de formação curricular e extracurricular para despertar um novo estado de consciência, por meio de cursos, oficinas, treinamentos, seminários, cujos conhecimentos são próprios à educação, expandindo-se, no futuro, às escolas, faculdades e universidades. Também a História, pois fará uma digressão na história da humanidade para contextualizar as realidades atuais; Psicologia, porque se pretende entender o que leva as pessoas a não respeitarem os direitos em geral de outrem e como fazer para sensibilizar ao mister; Filosofia quando se abordam pensamentos da antiguidade, como a de Platão, na palestra *Apêndice*; e Saúde, pois se busca mostrar que o bem-estar geral depende de ações individuais; no caso específico, das pessoas com deficiência; Direito, pois não tem como dissociá-lo desses estudos. No texto não se pretende indicar essas disciplinas expressamente quanto a referir determinado assunto correlacionado, mas estará implícita a ideia na própria argumentação.

Atente-se que o foco deste trabalho é a acessibilidade atitudinal, porém perguntas foram feitas da acessibilidade arquitetônica; no nosso entender, por ter como pressuposto antecedente a acessibilidade atitudinal quando os tribunais de Justiça, via gestores, fazem as adequações, adaptações nos prédios dos fóruns e dos tribunais independentemente de determinação de qualquer órgão superior.

Finalmente, com este projeto, os servidores e demais membros dos tribunais, sem e mesmo com deficiência, passarão por cursos nos quais lhes será apresentado método educativo para a vida, para as diferenças, para que seus olhares enxerguem de uma forma

natural o supostamente diferente, pelas diversas formas de treinamento propostas, *vide* metodologia e produto final.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

O objetivo das pesquisas, por meio de questionários aos tribunais, servidores e magistrados que dão base a este trabalho, é a visualização mais próxima da realidade, se também pela acessibilidade arquitetônica, no caso de adaptações nos prédios da sede e comarcas, está tendo como pressuposto e conseqüentemente a acessibilidade atitudinal, que se refere à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações; no caso, também via eventos artísticos, cursos, oficinas, os quais trazem o *modus vivendi* de pessoa com deficiência dentro das limitações físicas ou psíquicas, a fim de demonstrar que diferenças são somente aparentes, e com essa exposição levar a sensibilização das pessoas sem deficiência a uma convivência positiva. No mesmo diapasão, os dados colhidos com os servidores, mediante pesquisa de satisfação a nos demonstrar as condições físico-psíquicas dos pesquisados, tem por objetivo propor as adequações necessárias à acessibilidade atitudinal desse grupo que, entendemos, ser a minoria no Tribunal de Justiça.

3.2 Objetivos específicos

Com base nas respostas, serão propostos aos tribunais de Justiça cursos, insertos em oficinas, *workshops*, treinamentos teóricos e práticos, campanhas, o *modus vivendi* das pessoas com deficiência aos servidores e demais membros desses tribunais que não têm problemas físicos em si e em seus familiares, como forma de educação não regular, sensibilização e educação como Direitos Humanos das pessoas com deficiência, e a aplicação desses métodos acima expostos de forma continuada de educação não formal ou extracurricular para que cada um faça a sua parte, assim, não esperando que somente o Poder Público o faça, pois previsto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2019a), Estatuto da Pessoa com Deficiência, Capítulo II, Da igualdade e da Não Discriminação em consonância com o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 2019, *online*).

No âmbito dos tribunais de Justiça, será uma forma de se abrirem, também, para propostas inovadoras, embora de um fenômeno muito antigo, levando aos seus servidores formação adequada às necessidades dos jurisdicionados, forma objetiva, e a própria conscientização e educação de cunho pessoal, forma subjetiva, e de modificação.

Serão sujeitos desse processo os servidores e demais membros dos tribunais, sem e mesmo com deficiência, pois se pretende propor cursos nos quais lhes será apresentado método educativo para a vida, para as diferenças, para que seus olhares enxerguem de uma forma natural o supostamente diferente, pelas diversas formas de treinamento propostas, *vide* metodologia e produto final, bem como para habilitá-los ao atendimento e acolhimento dos jurisdicionados com algum tipo de deficiência.

Assim, como objetivo, a prestação jurisdicional, não por meio de despachos, decisões, sentenças em processos judiciais, mas pela acessibilidade e inclusão como Direitos Humanos das pessoas com deficiência, por meios de métodos educativos para implementar a efetividade psicológica e atitudinal da normativa em geral na rotina diária dos tribunais de Justiça dos Estados e Distrito Federal.

4 METODOLOGIA

Quando da minha inscrição para seleção do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, em janeiro de 2019, embora ainda não tivesse certeza da aprovação, o que se deu em 8 de março de 2019, já tinha em mente como procederia para colheita de dados que alimentariam as pesquisas para o meu trabalho final, e este, em acordo com a minha orientadora a professora doutora Patrícia Medina, seria um Relatório Técnico que envolveria duas pesquisas, e para que eu as fizesse necessitaria de uma pessoa com conhecimentos de estatísticas, gráficos e infográficos. Em razão dessa necessidade, solicitei a ajuda de Darllanne Cristina dos Santos Ferreira Tacho, servidora do Tribunal de Justiça, que lançou os primeiros dados colhidos em tabelas, nas quais fiz adequações e inseri os dados em gráficos que constam deste trabalho, Seção 5, Resultados, Procedimentos e Produtos.

No projeto de pesquisa inicial, no que se refere à colheita de dados, tinha por objetivo somente os secundários; porém, no decorrer da qualificação, 29 de outubro de 2019, os membros da banca entenderam por bem tecer algumas considerações e sugeriram que se fizesse uma dinâmica com quatro pessoas, nas palestras, as quais seriam produtos da pesquisa. Solicitei, então, autorização ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins, ante a necessidade de vivência pela qual passariam os voluntários, com posterior respostas a

questionário, dados primários, Plano A; porém, o Comitê demorou a responder ao meu pedido, nesse ínterim ocorreu a pandemia do coronavírus, vindo a aprovação ocorrer somente em 27 de abril de 2020, ou seja, depois de cinco meses em que protocolara meu projeto de pesquisa (data do protocolo 27 de novembro de 2019, distribuído ao relator em 4 de dezembro de 2019). Pelo cronograma as palestras e a dinâmica da vivência seriam feitas em fevereiro de 2020, portanto, antes da pandemia. Por isso, pelo atraso, mantivemos o projeto de fazer palestras aos servidores nos Fóruns de Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional, sem a dinâmica da vivência, pois o Comitê de Ética ainda não decidira a respeito do meu pedido, e as agendei para os dias: 20 de março, Porto Nacional; 2 de abril, Palmas; 17 de abril, Araguaína; e 24 de abril, Gurupi, todos em 2020. O Tribunal de Justiça, nesse interregno, expediu uma Portaria Conjunta, Presidência/Corregedoria, vedando eventos, seminários, palestras nos prédios dos Fóruns e Tribunal de Justiça, com suspensão de prazos até 30 de abril, frustrando-se a exposição via palestras, Plano B. Partimos, então, para uma terceira alternativa, Plano C. Eu iria pessoalmente aos Fóruns das quatro comarcas e faria uma pesquisa com cinco perguntas, pesquisa de satisfação, grosso modo, em que não haveria necessidade de autorização, porém, nesse interregno, uma segunda Portaria Conjunta é editada na qual os servidores trabalhariam em sistema de rodízio com o mínimo de pessoas possível nos prédios dos Fóruns, e atendimento pessoal somente em casos excepcionais; dessa forma, não haveria pessoas em número razoável para a pesquisa, mas tentaríamos. Porém, uma terceira Portaria Conjunta da Presidência/Corregedoria do Tribunal de Justiça instituiu o teletrabalho integral, ou seja, vedou completamente a presença de servidores nos Fóruns. Terceira tentativa frustrada. Partimos, então, para o Plano D. Solicitamos autorização à Presidência do Tribunal de Justiça para fazermos essa pesquisa por e-mail, pelo qual eu enviaria uma correspondência ao Centro de Comunicação Social do Tribunal de Justiça, e esta replicaria a todos os servidores, o que finalmente foi feito. Formulamos as dez perguntas do questionário no *GoogleDrive*, para serem enviadas aos servidores e magistrados, por meio de um *link* em que as respostas vão sendo computadas em tempo real e automaticamente os dados vão alimentando o sistema e gráficos vão sendo confeccionados e atualizados, porém via e-mail a diretora do Centro de Comunicação do Tribunal de Justiça, senhora Kezia Reis de Souza, entendeu que pouco seria o fruto a colher, e que a melhor forma seria via *WhatsApp*. Foram feitos dois questionários com dez perguntas cada, o primeiro enviado aos tribunais de Justiça por meio de ofícios via e-mail, período aberto entre 7 e 14 de outubro de 2019, sendo que, em 14 de março de 2020, treze tribunais de Justiça responderam à pesquisa, quais sejam: Paraíba, Amapá, Rondônia, Santa Catarina, Acre, Mato Grosso, Paraná, Sergipe, Pará, Bahia,

Roraima, Tocantins e Goiás. Não houve outras respostas posteriores. O segundo questionário com perguntas diversas às do primeiro foi enviado via *WhatsApp* do ZAP JUSTIÇA, em 3 de maio de 2020. Enviado, também, à Secretaria do Mestrado da ESMAT, e a senhora Eugênia Paula Meireles Machado replicou o questionário, em 8 de maio de 2020, aos alunos e ex-alunos do Mestrado da Instituição; porém, neste caso, não teve como se aplicar somente a servidores e magistrados. Uma segunda rodada foi feita de 29 de junho a 31 de julho de 2020. Como produto do trabalho, decidimos que eu faria três palestras com temas relacionados a este trabalho final, e isso foi feito, vide explicações no item Produtos. Desde o início, estava em nossa mente produzir uma cartilha com orientações de como proceder, agir, conduzir, assistir a uma pessoa com deficiência, com o nome: “Posso ajudar?” Conversamos com duas jovens que cursam a faculdade de Arquitetura, uma não pôde assumir o compromisso, fechei, então, com Camila Carvalho Costa, *designer*, em 6 de junho de 2020, que me entregou pronta após a revisão da professora Patrícia Medina, em 13 de julho de 2020. A cartilha estava montada no plano das ideias, verbalizei e Camila Carvalho Costa materializou da forma mais fiel que eu imaginava. Nesse período, criei, a pedido da professora Patrícia Medina, um *banner*, produto de tarefa para a disciplina Educação em Direitos Humanos(EDUCADH), que também é utilizado como produto do Programa para ser exposto em todos os prédios do Tribunal de Justiça. Este relatório terá versões em áudio, braile e libras, e será disponibilizado às bibliotecas da ESMAT e da UFT, caso os custos não sejam disponibilizados pelo Tribunal de Justiça, serão pelos meus próprios recursos.

5 RESULTADOS – PROCEDIMENTOS E PRODUTOS

5.1 Acessibilidade nos Tribunais de Justiça do Brasil

Materializando a metodologia, foi feito levantamento, por meio de questionário com 10 perguntas endereçadas aos tribunais de Justiça, via e-mail, para que informassem as condições de acessibilidade de cursos, palestras, práticas artísticas, quantidade de magistrados e servidores com deficiência, da realidade de cada um, fazendo-se um mapeamento da problematização. Formulamos outro questionário com 10 perguntas no *GoogleDrive*, o qual foi respondido por servidores, magistrados, e as respostas foram computadas automaticamente e transformadas em gráficos, mas não tendo somente como campo de pesquisa 4 comarcas, porém todas as 40 comarcas e o Tribunal de Justiça. O questionário/pesquisa foi enviado pelo Tribunal de Justiça, Assessoria de Comunicação, pelo ZAP JUSTIÇA, para aproximadamente 713 servidores e magistrados inscritos, e pela Secretaria do Mestrado na ESMAT a alunos e

ex-alunos, aproximadamente 173 pessoas, perfazendo o total de 886 pessoas, no período de 3 a 30 de abril, sendo respondido por 129 pessoas. Abriu-se, então, dia 29 de junho de 2020, novo prazo para respostas em segunda rodada, encerrando-se em 31 de julho de 2020, com a participação de mais 111 pessoas, perfazendo o total de 240 questionários respondidos. Apresenta-se o resultado desses dados na forma de gráficos e tabelas.

O período de envio de ofícios, via e-mail institucional, para colheita de dados deu-se entre 7 e 14 de outubro de 2019, sendo que, em 14 de março de 2020, 13 tribunais de Justiça responderam à pesquisa, são eles: Paraíba, Amapá, Rondônia, Santa Catarina, Acre, Mato Grosso, Paraná, Sergipe, Pará, Bahia, Roraima, Tocantins e Goiás. Não houve outras respostas posteriores.

Para divulgação do tema da pesquisa “Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência: Acessibilidade atitudinal como normativa em geral”, trabalhamos, também, os produtos descritos a seguir.

Vídeo com o tema “Valorização da Vida” (VALORIZAÇÃO, 2020), gravado na ESMAT, disponibilizado em 29 de setembro de 2019, conforme Apêndice A. Nesse vídeo de aproximadamente 8 minutos, abordo a necessidade de valorização da vida como um dos principais Direitos Humanos, não importando as condições físicas ou mentais ou qualquer outra em que a pessoa se encontre por ser parte de um todo e não o todo, e isso para uma melhor compreensão da vida e como prevenção para não levar ao suicídio.

Vídeo com o tema: “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade atitudinal como normativa em geral” (DIREITOS HUMANOS, 2020a), gravado no Fórum de Porto Nacional por mim, sem público devido à Covid-19, disponibilizada em 20 de abril de 2020, conforme Apêndice B. Nesse vídeo de aproximadamente 40 minutos, formulei uma sequência de *slides* para apresentação, Apêndice C. Não tive como inseri-los no decorrer da palestra, mas o fiz ao final. Trato da atitude das pessoas perante o direito de outrem, o respeito às diferenças, a importância da educação para convivência positiva iniciando-se na infância, passando pela adolescência, fase adulta e velhice. Dei ênfase, porém, à autoeducação.

Vídeo com o tema “Direitos Humanos. Vida Digna. Educação como perspectiva e projeto de vida para os jovens” (DIREITOS HUMANOS, 2020b). *Live* para a escola CEM Florêncio Aires, da cidade de Porto Nacional, pelo pesquisador, filmada em residência, disponibilizada em 18 de julho de 2020, conforme Apêndice D. Nesse vídeo, faço comentários a respeito da educação da criança, jovem, adulto e pessoa idosa, da autoeducação, a consciência que professores devem ter de sua importância na formação do caráter de seus alunos, com vista não somente à educação intelectual, mas também a uma

consciência crítica em que desenvolve seus potenciais. Trago exemplos de pessoas que superaram obstáculos sociais, financeiros, físicos, as quais alcançaram e lutam por seus ideais, e que as dificuldades são transponíveis com a confiança em nós mesmos, desde que objetivos factíveis.

Banner com o tema “Direitos Humanos: Direito de todos à inclusão social” para exposição no átrio do Tribunal de Justiça e prédios de alguns Fóruns do Estado, conforme Apêndice E. As dimensões do *banner* serão de 1,20cm por 0,60cm, para serem expostos por um período de tempo no átrio dos prédios do Tribunal de Justiça e Fóruns. A mensagem veiculada no *banner* pretende sensibilizar as pessoas para a existência das diferenças nas condições físicas, psíquicas, características étnicas, das regiões, e isso é a diversidade, porém que todos em essência são iguais e detentores dos mesmos Direitos Humanos na sua acepção mais ampla. Com base no *banner*, imprimir folhetos, com o mesmo tipo e estampa para distribuição aos servidores.

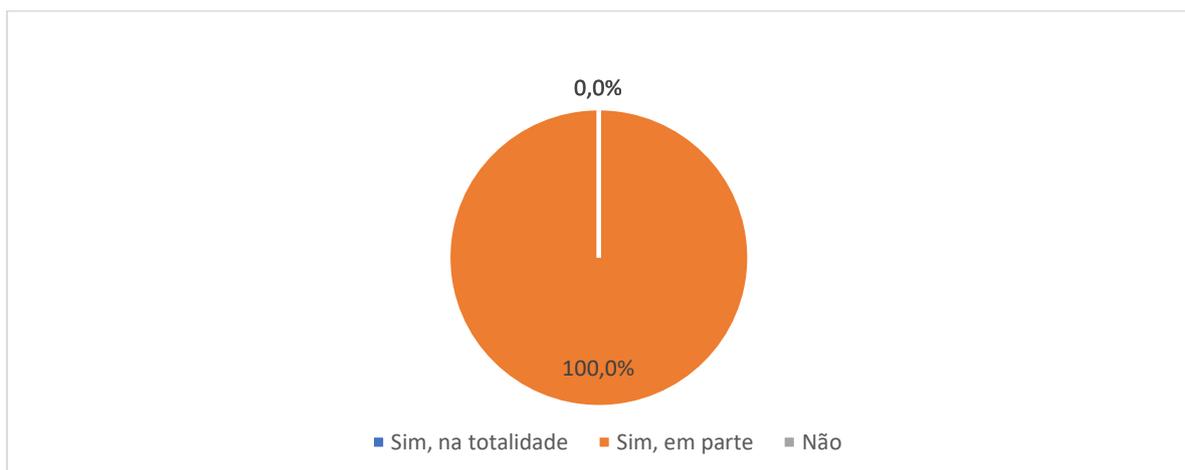
Cartilha denominada “Posso ajudar?”, conforme Apêndice F. A ideia de se fazer a cartilha educativa surgiu quando participei de um seminário ministrado por Sônia Berenice Hoffmann, que discorreu sobre as dificuldades quando pessoas inabilitadas tentam lhe dar ajuda. No mesmo sentido, em microcurso ministrado por Euler Rui Barbosa Tavares, no X Congresso Internacional de Direitos Humanos. A finalidade da cartilha é apresentar algumas formas corretas de como conduzir, atender, assistir pessoas com convivência de forma simples e didática com imagens de cores marcantes que facilitam e se fixam na mente daqueles que a leem ou, sem necessidade de ler, captam a mensagem nela inserta.

Finalmente, a título de esclarecimento, apresentamos os dados coletados em respostas, gráficos e tabelas para que a compreensão, pela visualização em múltiplas formas, torne-se mais agradável e compreensível ao público leigo que se interessar por este relatório técnico ou àqueles que pretenderem subsidiar seus próprios trabalhos com dados aqui apurados ou mesmo para o conhecimento da realidade dos tribunais de Justiça em relação à acessibilidade arquitetônica e atitudinal, no período 2019-2020, e não encontramos vedações a esse tipo de inserção para demonstrar os mesmos dados.

O questionário enviado aos tribunais de Justiça se compõe das perguntas já com as respostas dos 13 tribunais.

A Figura 1 apresenta os resultados à pergunta 1 sobre os prédios dos Tribunais de Justiça e Fóruns com acessibilidade arquitetônica.

Figura 1 - Prédios dos Tribunais de Justiça e Fóruns com acessibilidade arquitetônica.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Todos os 13 tribunais de Justiça que responderam à pesquisa – Tribunal de Justiça e Comarcas – não são 100% adaptados para receberem pessoas com deficiência, ou seja, ainda não há acessibilidade integral nas suas sedes e comarcas.

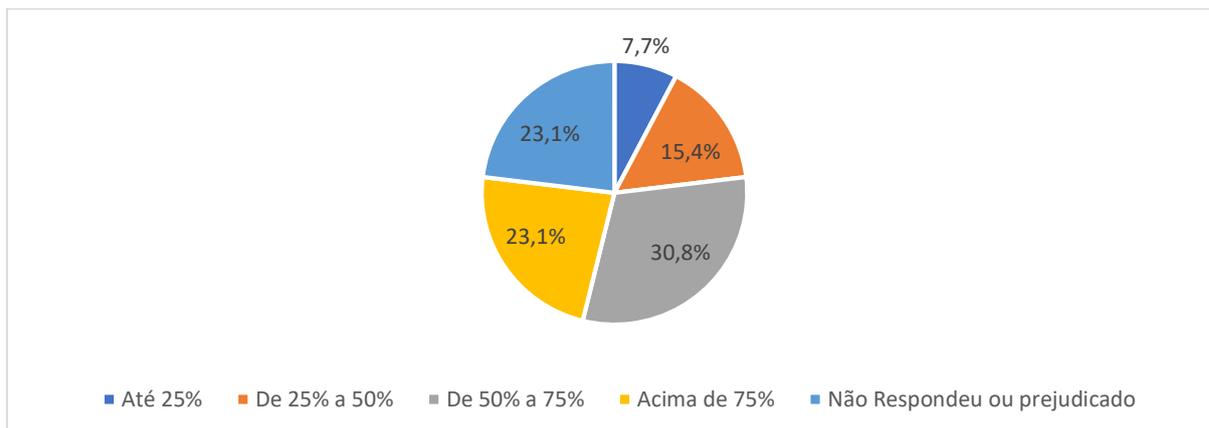
Tabela 1 - Prédios dos Tribunais de Justiça e Fóruns com acessibilidade arquitetônica.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim, na totalidade	0	0
Sim, em parte	13	100
Não	0	0
Total	13	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 2 apresenta os resultados à pergunta 2 sobre o percentual escalonado de acessibilidade arquitetônica aos Tribunais de Justiça.

Figura 2 - Percentual escalonado de acessibilidade arquitetônica aos Tribunais de Justiça.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Dos 13 tribunais que responderam, um tem até 25% das suas instalações físicas, o que corresponde a 7,7% adaptadas; 2 têm de 25% a 50% de suas instalações adaptadas, o que corresponde a 15,4%; 4 têm de 50% a 75% de suas instalações adaptadas, o que corresponde a 30,8%; e 3 têm acima de 75% de suas instalações adaptadas, o que corresponde a 23,1%, ou seja, acessíveis a pessoas com deficiência, e 3 tribunais não responderam a essa pergunta, o que corresponde a 23,1% dos entrevistados.

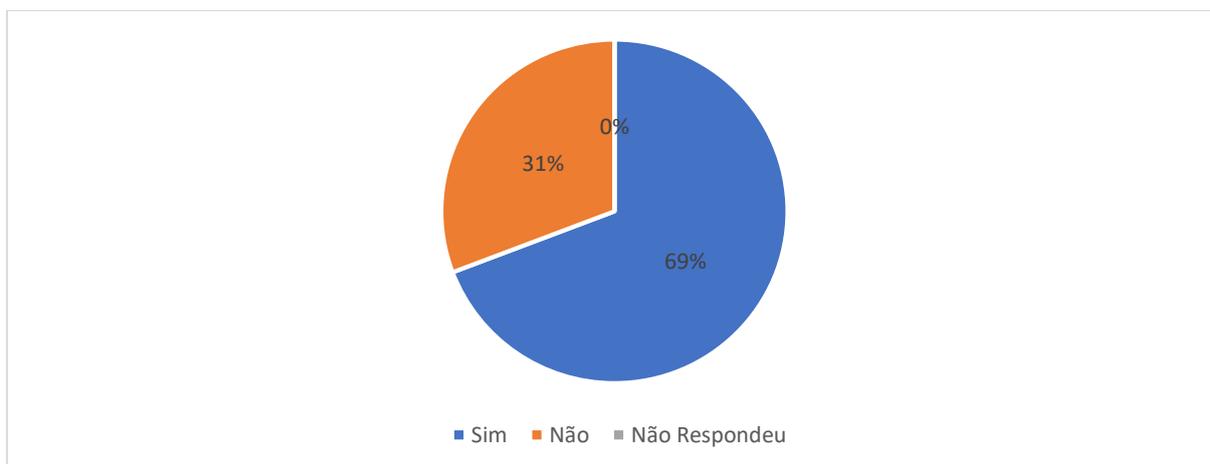
Tabela 2 - Percentual escalonado de acessibilidade arquitetônica aos Tribunais de Justiça.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Até 25%	1	7,7
De 25% a 50%	2	15,4
De 50% a 75%	4	30,8
Acima de 75%	3	23,1
Não Responderam ou prejudicado	3	23,1
Total	13	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 3 apresenta os resultados referentes à pergunta 3 sobre oferta de algum tipo de treinamento para o acolhimento ou atendimento de pessoas com deficiência nos Tribunais de Justiça.

Figura 3 - Tribunais de Justiça que oferecem a seus servidores algum tipo de treinamento para o acolhimento ou atendimento a pessoas com deficiência.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Dos 13 tribunais, 9 informaram ter treinamento de servidores, o que corresponde a 69%; e 4 tribunais informaram não disponibilizar treinamentos, o que corresponde a 31%.

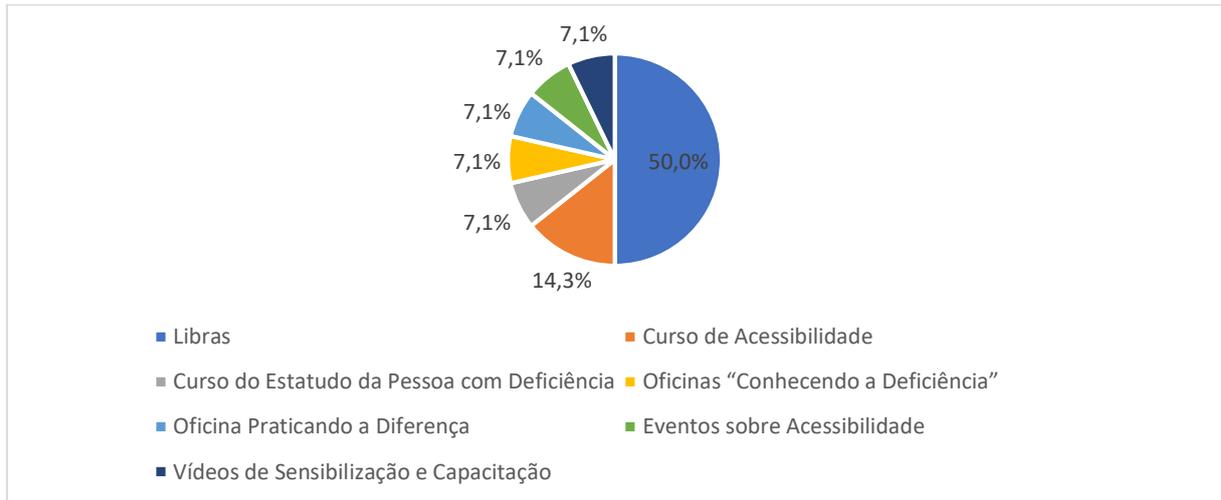
Tabela 3 - Tribunais de Justiça que oferecem a seus servidores algum tipo de treinamento para o acolhimento ou atendimento a pessoas com deficiência.

Respostas	Quantitativo	Perctual (%)
Sim	9	69
Não	4	31
Não Respondeu	0	0
Total	13	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 4 apresenta os resultados referentes à pergunta 4 sobre tipos de treinamento aos servidores e magistrados oferecido pelos Tribunais de Justiça.

Figura 4 - Tipos de treinamento aos servidores e magistrados oferecido pelos Tribunais de Justiça.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Dos 13 tribunais, 7 oferecem curso de libras, o que corresponde a 50,0%; 2 tribunais oferecem curso de acessibilidade, o que corresponde a 14,3 %; 1 oferece curso do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o que corresponde 7,1%; 1 oferece Oficinas "Conhecendo a Deficiência", o que corresponde 7,1%; 1 oferece Oficinas "Praticando a Diferença", 7,1%; 1 oferece eventos sobre acessibilidade, o que corresponde a 7,1%; e 1 oferece Vídeos de sensibilização e capacitação, o que corresponde 7,1%.

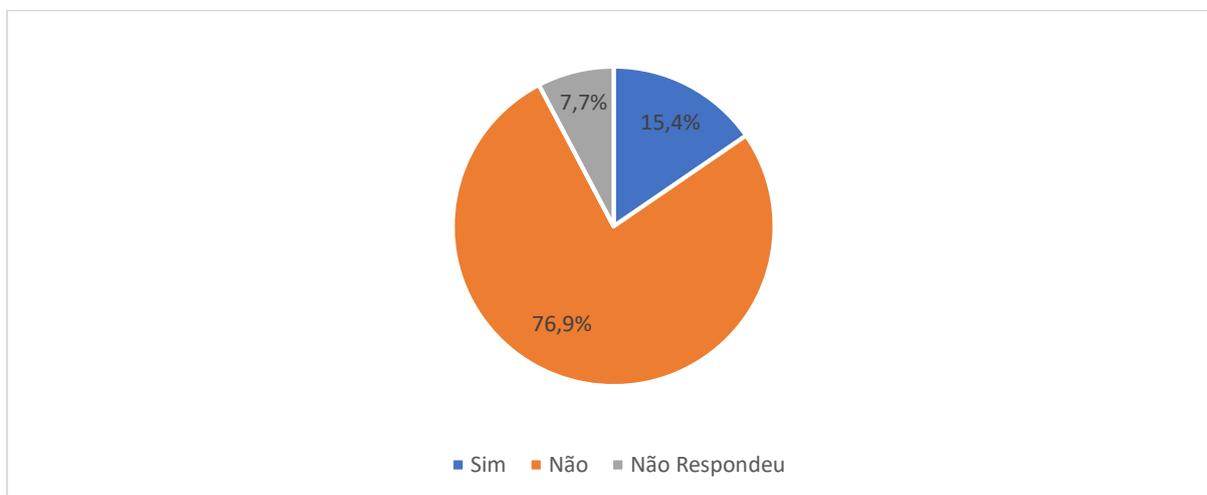
Tabela 4 - Tipos de treinamento aos servidores e magistrados oferecidos pelos Tribunais de Justiça.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Libras	7	50,0
Curso de Acessibilidade	2	14,3
Curso do Estatuto da Pessoa com Deficiência	1	7,1
Oficinas “Conhecendo a Deficiência”	1	7,1
Oficina Praticando a Diferença	1	7,1
Eventos sobre Acessibilidade	1	7,1
Vídeos de Sensibilização e Capacitação	1	7,1
Total	14	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 5 apresenta os resultados referentes à pergunta 5 sobre promoção de exposições ou mostras artísticas de quadros, fotos ou outros, feitos por ou sobre pessoas com deficiência nos Tribunais de Justiça.

Figura 5 - Tribunais de Justiça que promovem exposições ou mostras artísticas de quadros, fotos ou outros, feitos por ou sobre pessoas com deficiência.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Dos 13 tribunais, 2 promovem, o que corresponde a 15,4%; 10 tribunais de Justiça não promovem, o que corresponde a 76,9%; e 1 não respondeu, o que corresponde a 7,7%.

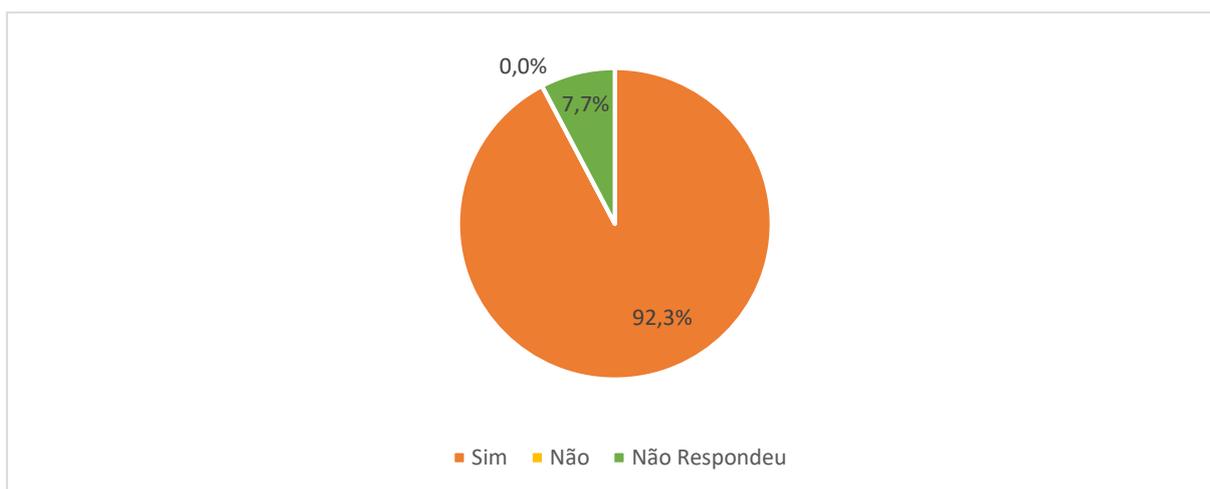
Tabela 5 - Tribunais de Justiça que promovem exposições ou mostras artísticas de quadros, fotos ou outros, feitos por ou sobre pessoas com deficiência.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim	2	15,4
Não	10	76,9
Não Respondeu	1	7,7
Total	13	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 6 apresenta os resultados à pergunta 6 sobre os eventos promovidos pelos Tribunais de Justiça.

Figura 6 - Eventos promovidos pelos Tribunais de Justiça.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Dos 13 tribunais, 1 respondeu à pergunta, evento em criação, o que representa 7,7%.

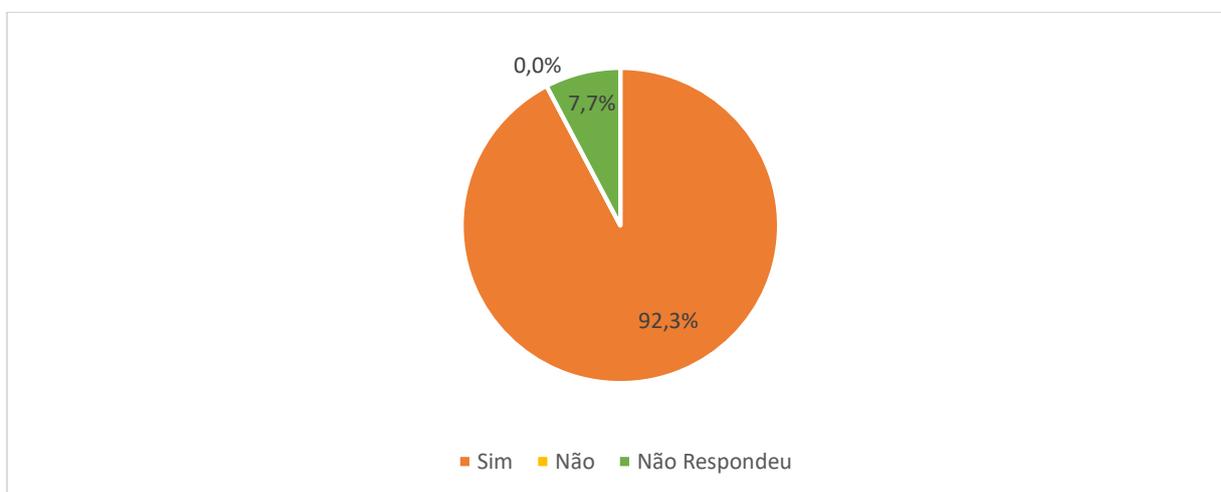
Tabela 6 - Eventos promovidos pelos tribunais de Justiça.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Em criação	1	7,7
Não responderam	12	92,3
Total	13	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 7 apresenta os resultados referentes à pergunta 7 sobre a criação de Comitês ou Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão das pessoas com deficiência nos Tribunais de Justiça, nos termos da Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016 (BRASIL, 2020c), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Figura 7 - Criação de Comitês ou Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão das pessoas com deficiência nos Tribunais de Justiça.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Dos 13 tribunais, 12 já criaram Comissão ou Comitê, o que corresponde a 92,3%; e 1 não respondeu à pergunta, o que corresponde a 7,7%.

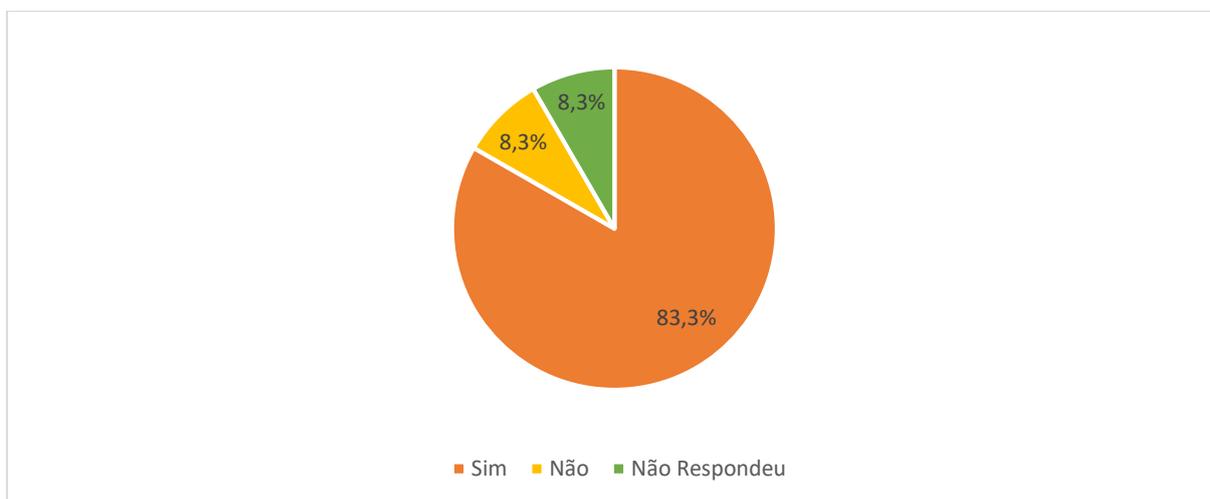
Tabela 7 - Criação de Comitês ou Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão das pessoas com deficiência nos Tribunais de Justiça.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim	12	92,3
Não	0	0,0
Não respondeu	1	7,7
Total	13	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 8 apresenta os resultados referente à pergunta 8 sobre regulamentação positivada das Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais de Justiça.

Figura 8 - Regulamentação positivada das Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais de Justiça.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Dos 13 tribunais, 10 têm norma específica, o que corresponde a 83,3%, 1 não tem norma específica, o que corresponde a 8,3%; e 1 não respondeu; o que corresponde a 8,3%.

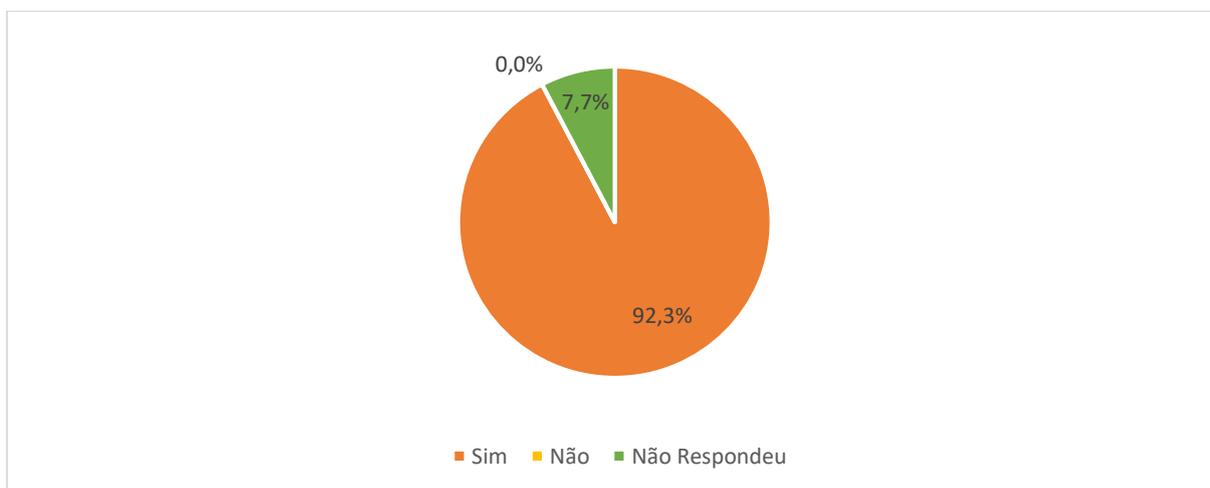
Tabela 8 - Regulamentação positivada das Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos tribunais de Justiça.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim	11	83,3
Não	1	8,3
Não Respondeu	1	8,3
Total	13	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 9 apresenta os resultados referentes à pergunta 9 sobre Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais de Justiça em funcionamento.

Figura 9 - Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais de Justiça em funcionamento.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Dos 13 tribunais, 12 já criaram Comissão ou Comitê, bem como normas, e estão em funcionamento o que corresponde a 92,3%; um não respondeu à pergunta, o que corresponde a 7,7%.

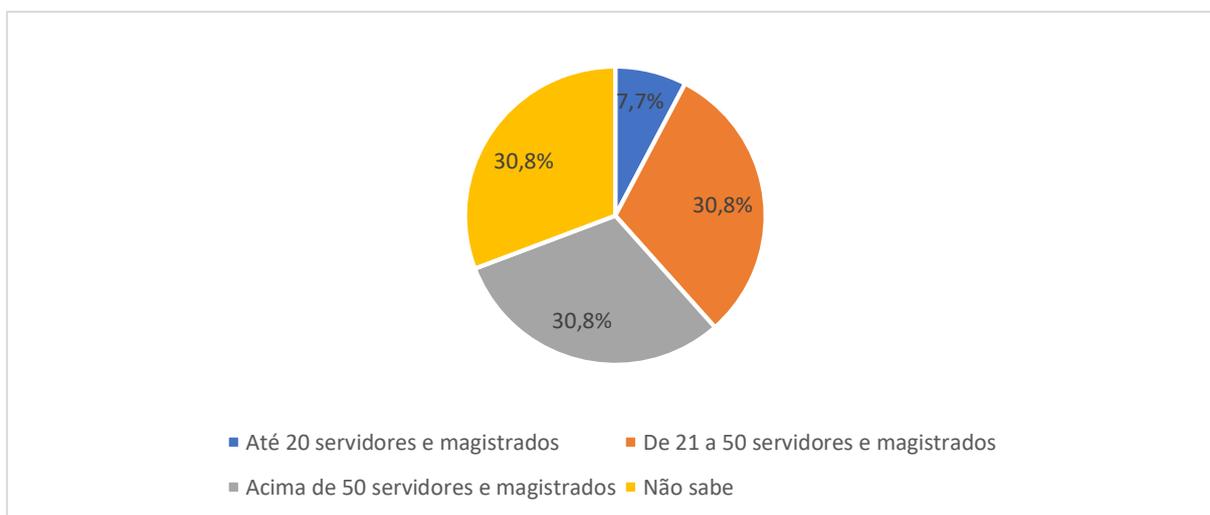
Tabela 9 - Comissões ou Comitês permanentes de Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais de Justiça em funcionamento.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim	12	92,3
Não	0	0,0
Não Respondeu	1	7,7
Total	13	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 10 apresenta os resultados referentes à pergunta 10 sobre quantitativo de servidores e magistrados com deficiência nos quadros dos Tribunais de Justiça.

Figura 10 - Quantitativo de servidores e magistrados com deficiência nos quadros dos Tribunais de Justiça.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Dos 13 tribunais, 1 tem até 20 servidores e magistrados com deficiência, o que corresponde a 7,7%; 4 têm nos seus quadros de 21 a 50 servidores e magistrados com deficiência, o que corresponde a 30,8%; 4 têm acima de 50 pessoas, o que corresponde a 30,8%; e 4 não têm os dados para informar, o que corresponde a 30,8%.

Tabela 10 - Quantitativo de servidores e magistrados com deficiência nos quadros dos Tribunais de Justiça.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Até 20 servidores e magistrados	1	7,7
De 21 a 50 servidores e magistrados	4	30,8
Acima de 50 servidores e magistrados	4	30,8
Não sabem	4	30,8
Total	13	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

As perguntas foram formuladas na seguinte ordem: 1 e 2, em relação à acessibilidade arquitetônica, implícita a inclusão por meio do acesso pleno das pessoas com deficiência às dependências dos prédios da sede e fóruns, no que se chega ao resultado de que 100% dos tribunais de Justiça têm acessibilidade arquitetônica parcial, sendo que um tem até 25% das suas instalações físicas, o que corresponde a 7,7% adaptadas; 2 têm de 25% a 50% de suas instalações adaptadas, o que corresponde a 15,4%; 4 têm de 50% a 75% de suas instalações adaptadas, o que corresponde a 30,8%; 3 têm acima de 75% de suas instalações adaptadas, o que corresponde a 23,1%, ou seja, acessíveis a pessoas com deficiência; e 3 dos tribunais não responderam a essa pergunta, o que corresponde a 23,1% dos entrevistados, porém nenhum é totalmente adaptado. As perguntas 3 e 4 abordam se há e o tipo de treinamento que os tribunais de Justiça oferecem a seus servidores para o acolhimento/atendimento às pessoas com deficiência, espécie de inclusão, por via do atendimento adequado às necessidades de cada um, sendo que 9 informaram ter treinamento de servidores, o que corresponde a 69,2%; 4 tribunais informaram não disponibilizar treinamentos, o que corresponde a 30,8%; desses percentuais, 7 oferecem curso de libras, o que corresponde a 50,%; 2 tribunais oferecem curso de acessibilidade, o que corresponde a 14,3 %; 1 oferece curso do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o que corresponde a 7,1%; 1 oferece Oficinas “Conhecendo a Deficiência, o que corresponde a 7,1%; 1 oferece Oficinas “Praticando a Diferença”, o que corresponde a 7,1%; 1 oferece eventos sobre acessibilidade, o que corresponde a 7,1%; e 1 Vídeos de sensibilização e capacitação, o que corresponde a 7,1%. As perguntas 5 e 6 tratam de eventos artísticos, teatro, dança, canto, exposições, palestras feitas por ou para pessoas com

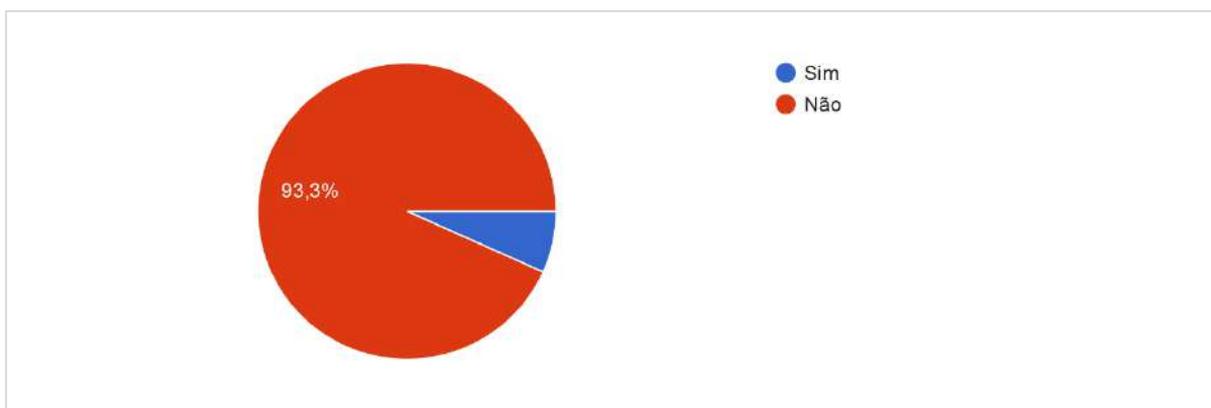
deficiência ou que a mostram na vivência do dia a dia para o público em geral nos átrios dos tribunais de Justiça ou nos prédios dos Fóruns. Dos 13 tribunais, 2 as promovem, o que corresponde a 15,4%; 10 tribunais de Justiça não promovem, o que corresponde a 76,9%; e 1 não respondeu, o que corresponde a 7,7%, dentre esses, 1 respondeu à pergunta que questiona qual tipo de evento, o que representa 7,1%. As perguntas 7 a 9 referem-se à normativa sobre existência e regulamentação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência, dos 13 tribunais, 12 já criaram Comissão ou Comitê, o que corresponde a 92,3%; e 1 não respondeu à pergunta, o que corresponde a 7,7%; e desses, 10 têm norma específica, o que corresponde a 83,3%; 1 não tem norma específica, o que corresponde a 8,3%; 1 não respondeu, o que corresponde a 8,3%; e dos 12 que já criaram a Comissão, 11 estão em funcionamento, o que corresponde a 91,7%; 1 não respondeu à pergunta, o que corresponde a 8,3%. Finalmente a pergunta 10 aborda a quantidade de servidores e magistrados com deficiência no âmbito de cada tribunal de Justiça; dos 13 tribunais, 1 tem até 20 servidores e magistrados com deficiência, o que corresponde a 7,7%; 4 têm nos seus quadros de 21 a 50 servidores e magistrados com deficiência, o que corresponde a 30,8%; 4 têm acima de 50 pessoas, o que corresponde a 30,8%; e 4 não têm os dados para informar, o que corresponde a 30,8%.

5.2 Perspectiva dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins em relação à pessoa com deficiência

A pesquisa realizada, via *WhatsApp* institucional, denominado ZAP JUSTIÇA, com 713 servidores e magistrados cadastrados, a inclusão da pesquisa foi feita pela Secretaria de Comunicação do Tribunal de Justiça. Na ESMAT, a secretária do Mestrado enviou-a ao endereço eletrônico de 173 servidores e magistrados cadastrados, e as respostas foram colhidas pelo *GoogleDrive*, sendo computadas automaticamente pelo dispositivo de colheita, no período de 3 a 30 de maio de 2020, sendo respondida por 129 pessoas, abrindo-se para segunda rodada em 29 de junho e encerrando em 31 de julho obtendo-se mais 111 pessoas que a preencheram, perfazendo o total de 240 questionários respondidos nas duas rodadas, cujas perguntas e respostas seguem abaixo.

A Figura 11 apresenta os resultados relativos à pergunta 1 sobre o quantitativo de servidores e magistrados que se declaram com deficiência no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Figura 11 - Quantitativo de servidores e magistrados que se declaram com deficiência no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 238 pessoas responderam à pesquisa. A resposta foi não de 222 servidores e magistrados, o que corresponde 93,3%; e sim por 16 pessoas, o que corresponde a 6,7%.

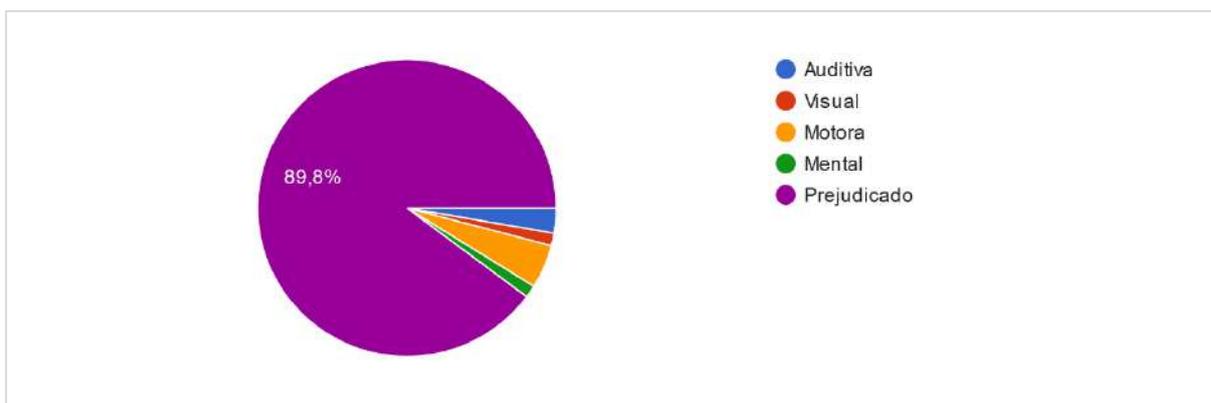
Tabela 11 - Quantitativo de servidores e magistrados que se declaram com deficiência no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Não	222	93,3
Sim	16	6,7
Total	238	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 12 apresenta os resultados relativos à pergunta 2 sobre tipos de deficiência dos servidores e magistrados no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Figura 12 - Tipos de deficiência dos servidores e magistrados no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 147 pessoas responderam à pesquisa, tendo como deficiência auditiva 4 pessoas, o que corresponde a 2,7%; visual 2 pessoas, o que corresponde a 1,4%; motora 7 pessoas, o que corresponde a 4,8%; mental 2 pessoas, o que corresponde a 1,4 %; prejudicado é a resposta de pessoas sem deficiência, o que corresponde a 89,8%.

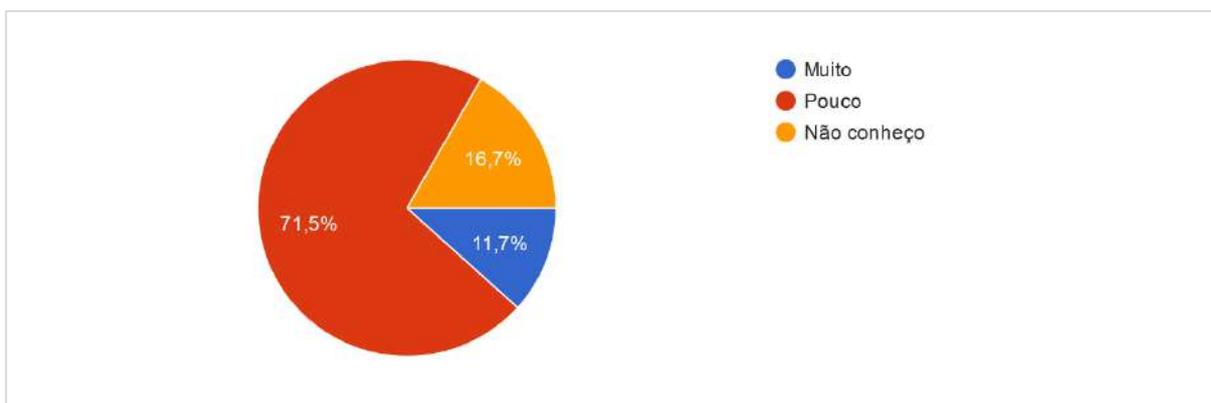
Tabela 12 - Tipos de deficiência dos servidores e magistrados no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Auditiva	4	2,7
Visual	2	1,4
Motora	7	4,8
Mental	2	1,4
Prejudicado	132	89,8
Total	147	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 13 apresenta os resultados relativos à pergunta 3 sobre quantitativo de servidores e magistrados que dizem conhecer a legislação específica e grau de conhecimento.

Figura 13 - Quantitativo de servidores e magistrados que dizem conhecer a legislação específica e grau de conhecimento.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 239 pessoas responderam à pesquisa, sendo que 28 pessoas dizem conhecer muito da legislação específica, o que corresponde a 11,7%; 171 pessoas dizem conhecer um pouco, o que corresponde a 71,5%; e 40 pessoas não conhecem a legislação específica, o que corresponde a 16,7%.

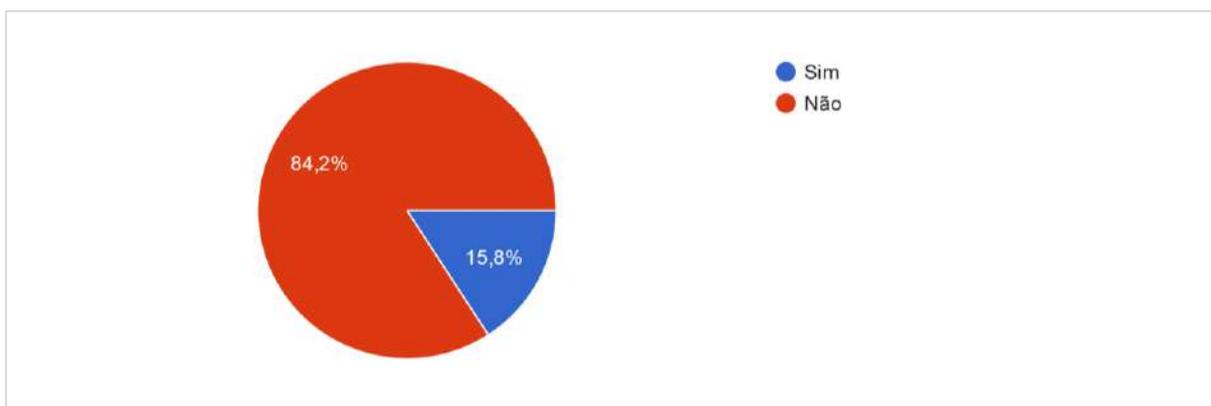
Tabela 13 - Quantitativo de servidores e magistrados que dizem conhecer a legislação específica e grau de conhecimento.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Muito	28	11,7
Pouco	171	71,5
Não conhecem	40	16,7
Total	239	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 14 apresenta os resultados relativos à pergunta 4 sobre servidores e magistrados que receberam treinamento para assistir, atender ou conduzir pessoas com deficiência.

Figura 14 - Servidores e magistrados que receberam treinamento para assistir, atender ou conduzir pessoas com deficiência.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 240 pessoas responderam à pesquisa, sendo que 38 pessoas dizem que tiveram treinamento, o que corresponde a 15,8%; e 202 pessoas responderam que não, o que corresponde a 84,2%.

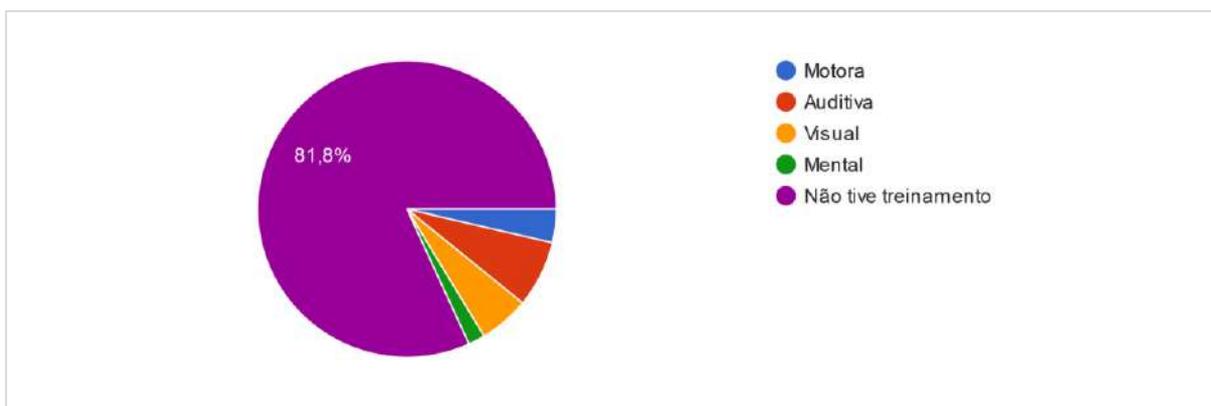
Tabela 14 - Servidores e magistrados que receberam treinamento para assistir, atender ou conduzir pessoas com deficiência.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim	38	15,8
Não	202	84,2
Total	240	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 15 apresenta os resultados relativos à pergunta 5 sobre tipos de deficiência para a qual foi treinado o servidor ou magistrado no atendimento às pessoas com deficiência.

Figura 15 - Tipos de deficiência para a qual foi treinado o servidor ou magistrado no atendimento às pessoas com deficiência.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 220 pessoas responderam à pesquisa, sendo que 8 pessoas receberam treinamento para conduzir e/ou assistir e/ou atender pessoas com deficiência motora, o que corresponde a 3,6%; 16 pessoas para darem suporte a pessoas com deficiência auditiva, o que corresponde a 7,3%; 12 pessoas para darem suporte a pessoas com deficiência visual, o que corresponde a 5,5%; 4 pessoas para dar suporte a pessoas com deficiência mental, o que corresponde a 1,8 %. Não tiveram treinamento 180 pessoas, o que corresponde a 81,8 %.

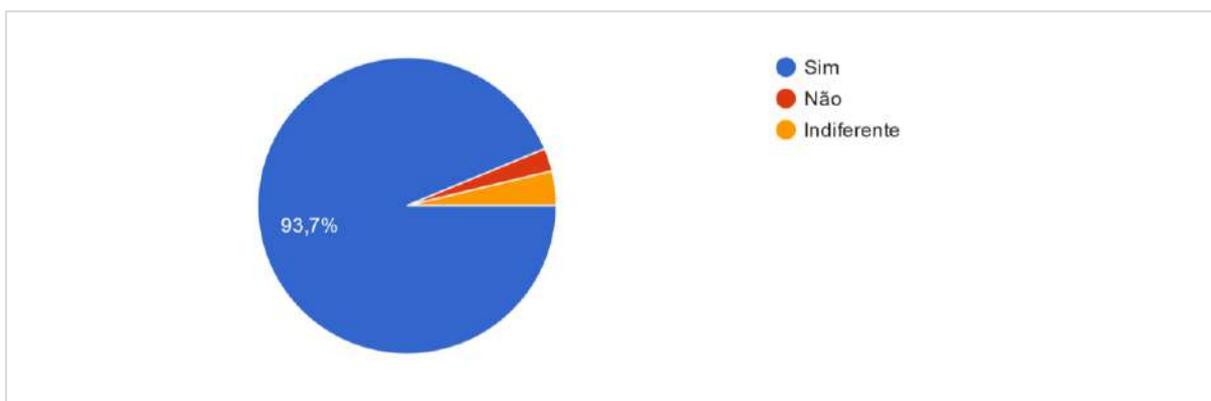
Tabela 15 - Tipos de deficiência para a qual foi treinado o servidor ou magistrado no atendimento às pessoas com deficiência.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Motora	8	3,6
Auditiva	16	7,3
Visual	12	5,5
Mental	4	1,8
Não tiveram treinamento	180	81,8
Total	220	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 16 apresenta os resultados relativos à pergunta 6 sobre servidor e magistrado que demonstram interesse em fazer um treinamento para atender pessoas com deficiência.

Figura 16 - Servidor e magistrado que demonstram interesse em fazer um treinamento para atender pessoas com deficiência.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 239 pessoas responderam à pesquisa, sendo que 224 pessoas se dispõem a fazer treinamento, o que corresponde a 93,7%; 6 pessoas não se dispõem a fazer treinamento, o que corresponde a 2,5%; e para 6 pessoas é indiferente fazer, ou não, treinamento, o que corresponde a 3,8%.

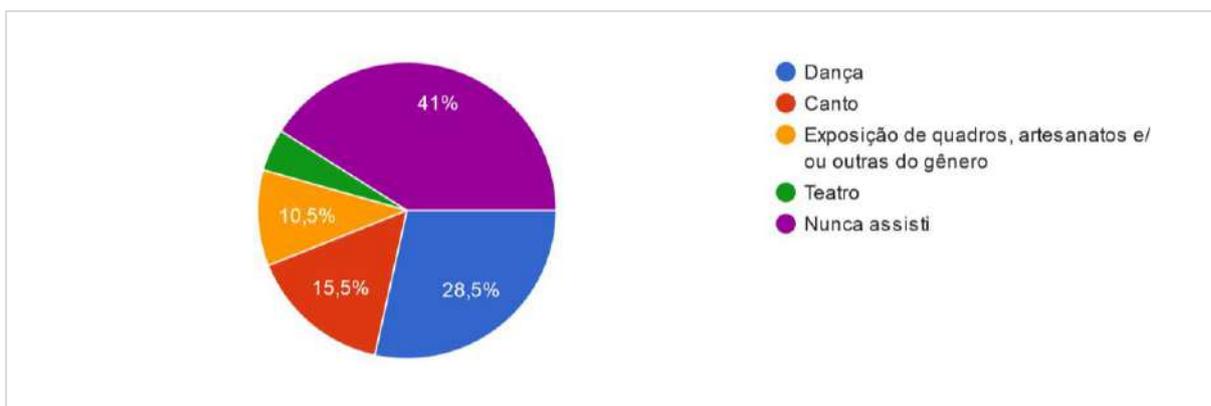
Tabela 16 - Servidor e magistrado que demonstram interesse em fazer um treinamento para atender pessoas com deficiência.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim	224	93,7
Não	6	2,5
Indiferente	9	3,8
Total	239	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 17 apresenta os resultados relativos à pergunta 7 sobre servidores e magistrados que já assistiram ou acompanharam alguma apresentação artística feita por pessoa com deficiência, e qual o tipo.

Figura 17 - Servidores e magistrados que já assistiram ou acompanharam alguma apresentação artística feita por pessoa com deficiência, e qual o tipo.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 239 pessoas responderam à pesquisa, sendo que 68 pessoas assistiram à apresentação de dança por pessoas com deficiência, o que corresponde a 28,5%; 37 pessoas assistiram à apresentação de canto, o que corresponde a 15,5%; 25 pessoas assistiram à exposição de quadros, de artesanatos e/ou outras do gênero, o que corresponde a 10,5%; 11 pessoas assistiram a teatro, o que corresponde a 4,6%; e 98 pessoas nunca assistiram a apresentações artísticas protagonizadas por pessoas com deficiência, o que corresponde a 41%.

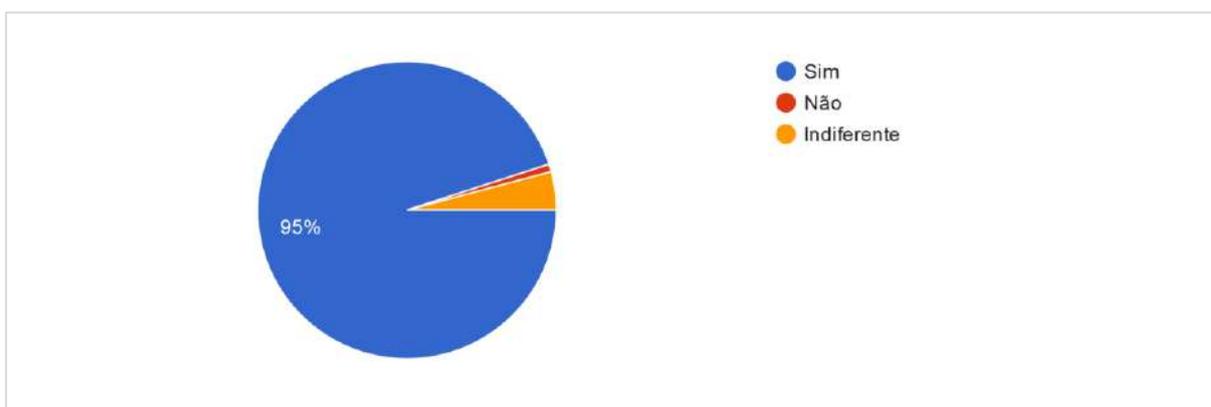
Tabela 17 - Servidores e magistrados que já assistiram ou acompanharam alguma apresentação artística feita por pessoa com deficiência e qual o tipo.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Dança	68	28,5
Canto	37	15,5
Exposição de quadros, artesanatos e/ou outras	25	10,5
Teatro	11	4,6
Nunca assistiram	98	41,0
Total	239	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 18 apresenta os resultados relativos à pergunta 8 sobre servidores ou magistrados que têm interesse em acompanhar ou assistir a evento artístico promovido e executado por pessoas com deficiência.

Figura 18 - Servidores ou magistrados que têm interesse em acompanhar ou assistir a evento artístico promovido e executado por pessoas com deficiência.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 240 pessoas responderam à pesquisa, destas 228 disseram que acompanhariam e/ou assistiriam ao evento artístico com a participação de pessoas com deficiência, o que corresponde a 95%; 2 pessoas não o fariam, o que corresponde a 0,8%; e 10 disseram ser indiferente assistir, ou não, a esses eventos, o que corresponde a 4,2%.

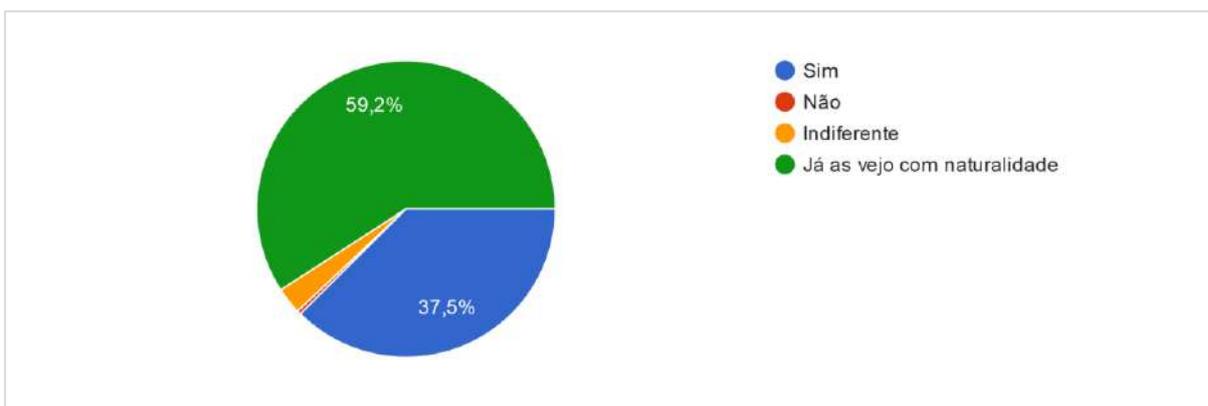
Tabela 18 - Servidores ou magistrados que têm interesse em acompanhar ou assistir a evento artístico promovido e executado por pessoas com deficiência.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim	228	95,0
Não	2	0,8
Indiferente	10	4,2
Total	240	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 19 apresenta os resultados relativos à pergunta 9 sobre servidores e magistrados que, na exposição constante de pessoas com deficiência, as veriam com mais naturalidade.

Figura 19 - Servidores e magistrados que, na exposição constante de pessoas com deficiência, as veriam com mais naturalidade.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 240 pessoas responderam à pesquisa, destas, 90 entendem que a exposição constante de pessoas com deficiência as levaria a vê-las com mais naturalidade, o que corresponde a 37,5%; 1 pessoa não as veria com naturalidade, o que corresponde a 0,4%; para 7 pessoas é indiferente a exposição constante, ou não, o que corresponde a 2,9%; e 142 pessoas já veem as pessoas com deficiência com naturalidade, o que corresponde a 59,2%.

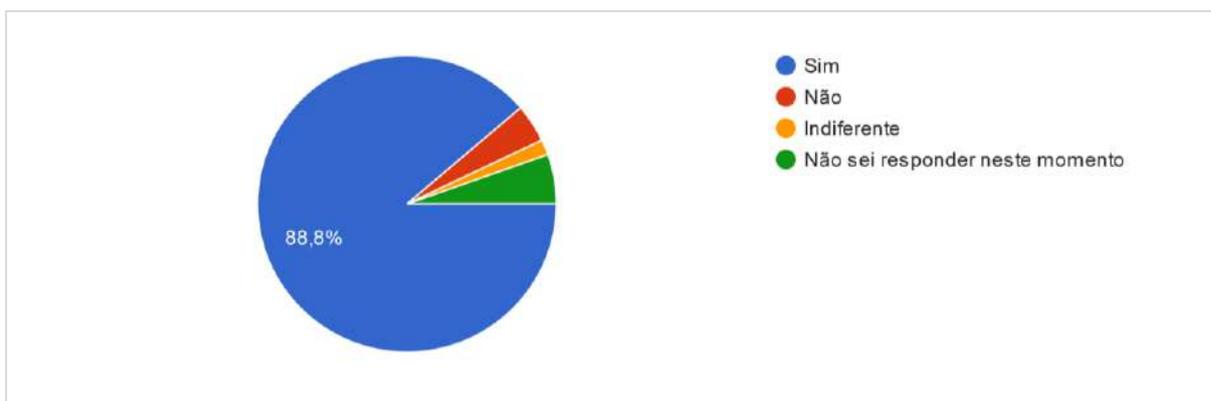
Tabela 19 - Servidores e magistrados que, na exposição constante de pessoas com deficiência, as veriam com mais naturalidade.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim	90	37,5
Não	1	0,4
Indiferente	7	2,9
Já as vejo com naturalidade	142	59,2
Total	240	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

A Figura 20 apresenta os resultados relativos à pergunta 10 sobre servidores e magistrados para os quais faria alguma diferença um treinamento para assistir, conduzir ou atender pessoas com deficiência.

Figura 20 - Servidores e magistrados para os quais faria alguma diferença um treinamento para assistir, conduzir ou atender pessoas com deficiência.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

No total, 240 pessoas responderam à pesquisa, sendo que 213 disseram que fariam treinamento para assistir, conduzir ou atender pessoas com deficiência, o que corresponde a 88,8%; 10 pessoas não o fariam, o que corresponde a 4,2%; para 4 pessoas é indiferente ter, ou não, treinamento, o que corresponde a 1,7%; e 13 pessoas não souberam responder no momento da pesquisa, o que corresponde a 5,4%.

Tabela 20 - Servidores e magistrados para os quais faria alguma diferença um treinamento para assistir, conduzir ou atender pessoas com deficiência.

Respostas	Quantitativo	Percentual (%)
Sim	213	88,8
Não	10	4,2
Indiferente	4	1,7
Não sei responder no momento	13	5,4
Total	240	100

Fonte: Chufalo Filho (2020)

As perguntas 1 e 2 são informações a respeito das condições físicas e psicológicas dos 238 servidores e magistrados que responderam ao questionário, apurando-se que 6,7% têm algum tipo de deficiência, o que corresponde a 16 pessoas. E quanto ao tipo da deficiência foram as mais variadas, sejam: auditiva, visual, motora e mental. A pergunta 3 visa apurar o quanto os respondentes conhecem da legislação específica sobre pessoas com deficiência, e se

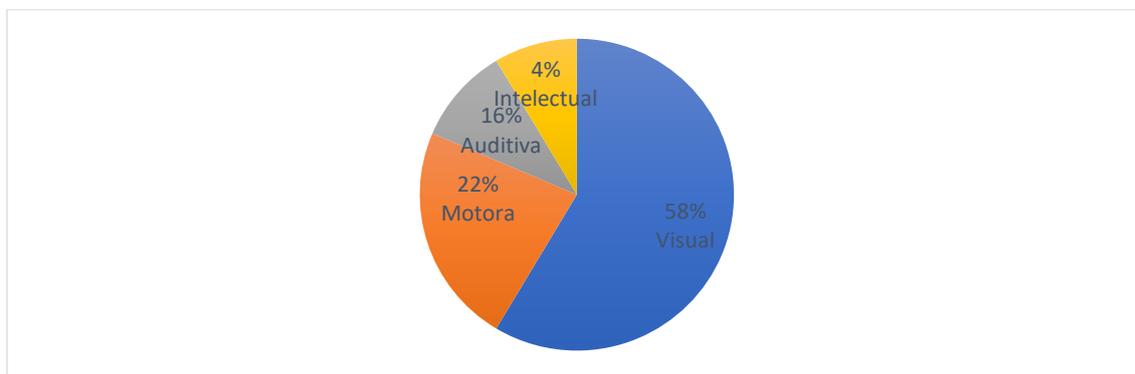
constatou que de 239 pessoas, somente 28 pessoas conhecem-na com profundidade, o que corresponde a 11,7 %; um percentual de 71,5% a conhecem pouco; 11,7% não a conhecem. As perguntas 4 e 5 têm por objetivo saber se a pessoa já fez algum tipo de treinamento ofertado pelo Tribunal de Justiça ou mesmo por outra instituição ou órgão oferece(eu) algum treinamento para assistir, acompanhar ou atender a pessoas com deficiência, e se constatou que de 240 pessoas que responderam ao questionário a maioria, qual seja, 202 não teve nenhum, o que corresponde a 84,2 %; e a minoria formada por 38 pessoas teve, o que corresponde a 15,8 %. A pergunta 6 visa à disponibilidade de os respondentes fazerem algum treinamento para assistir ou atender pessoas com deficiência, dos 239, 224 aceitaram se ofertado pelo Tribunal de Justiça, o que corresponde a 93,7%; 6 não o fariam, o que corresponde a 2,5 %; e para 9 é indiferente a oferta, ou não, de treinamento, o que corresponde a 3,8%. A pergunta 7 visa levantar se os respondentes já assistiram a alguma apresentação artística ou exposição feitas por pessoas com deficiência, de 239 pessoas que responderam à questão, 68 assistiram à apresentação de dança, o que corresponde a 28,5%; 37 canto, o que corresponde a 15,5%; 25 pessoas às exposições, o que corresponde a 10,5; 11 pessoas a teatro, o que corresponde a 4,6%; e 98 pessoas nunca assistiram, o que corresponde a 41%. A pergunta 8 visa saber se ofertados eventos artísticos pelo Tribunal de Justiça o respondente assistiria ou os acompanharia, 228 pessoas responderam sim, o que corresponde a 95%; 2 que não, o que corresponde a 0,8%; e 10 são indiferentes a esses eventos, o que corresponde a 4,2%. A pergunta 9 visa saber se os eventos acima com a exposição constante de pessoas com deficiência faria com que as visse com mais naturalidade, responderam ao questionário 240 pessoas, sendo que 90 responderam sim, o que corresponde a 37,5%; 1 pessoa respondeu que não, o que corresponde a 0,4%; 7 pessoas são indiferentes, o que corresponde a 2,9%; e 142 pessoas já as veem com naturalidade, o que corresponde a 59,2%. A pergunta 10 visa saber se um treinamento para assistir, conduzir ou atender pessoas com deficiência faria diferença em suas vidas, 213 pessoas responderam que sim o que corresponde a 88,8%; 10 pessoas não, o que corresponde a 4,2%; 4 pessoas disseram ser indiferentes, o que corresponde a 1,7%; e 13 não souberam responder no momento, o que corresponde a 5,4%.

Como se nota, o maior investimento tem se orientado ao ensino de Libras. Tal fenômeno se explica por duas razões: pela objetividade perceptível de seus resultados, com a instauração de uma nova competência em servidores e magistrados, associada à expressiva visibilidade que a comunidade surda tem conseguido, nas últimas décadas, em todos os meios

de comunicação e às práticas do ensino formal, orientada ao bilinguismo² dos surdos, embora essa não seja a deficiência mais frequente entre a população, como mostrou o último censo brasileiro, em estudo publicizado pelo Ministério da Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, divulgado em 8 de maio de 2019³.

No Brasil, 24% da população têm pelo menos alguma dificuldade de realizar uma ou mais questões por tipo de deficiência, ou não consegue realizá-las de modo algum, ou associadas à deficiência mental ou intelectual, 50% dessa população, conforme indicação conceitual da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) divulgada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2001, apresentada na Figura 21.

Figura 21 - Distribuição dos tipos de deficiência no Brasil.



Fonte: IBGE (2020b)

Tabela 21 - Distribuição dos tipos de deficiência no Brasil.

Tipos de deficiência	%
Auditiva	16
Motora	22
Visual	58
Intelectual	4
Total	100

Fonte: IBGE (2020b)

²O bilinguismo pressupõe a necessidade de o surdo ser bilíngue, ou seja, este deve adquirir a Língua de Sinais, considerada a língua natural dos surdos, como língua materna e como segunda língua, a língua oral utilizada em seu país.

³ Artigo “Efetividade dos Direitos Humanos: Acessibilidade das pessoas com deficiência aos Tribunais de Justiça”, de autoria do autor, tendo como coautoras a professora doutora Patrícia Medina tendo como coautoras e Hizedora Constanza. Enviado à Revista Direito e Liberdade, da ESMRN.TJRN, no prelo.

O Relatório Mundial da OMS chama a atenção para a diversidade de condições encontradas entre as pessoas com deficiência, especialmente que

[...] pessoas com deficiência intelectual ou problemas de saúde mental parecem ser mais desprovidas em muitos cenários do que as que enfrentam pessoas com deficiências físicas ou sensoriais, assim como as pessoas com deficiências mais graves costumam enfrentar maiores desvantagens (OMS, 2020, p. 8).

Portanto, requer-se atenção especial e formação dos servidores e magistrados da Justiça, assim como da população em geral, sem deficiências, um conjunto de habilidades específicas para realizarem o atendimento nas medidas das especificidades de cada deficiência.

Há também de se considerar que o processo formativo de uma cultura de acessibilidade deverá chegar a todas as pessoas e por diferentes meios de comunicação e informação. Assim, não se trata exclusivamente de uma função educativa formal, mas de um processo de formação compreendida em seu sentido amplo e clássico, que se estende para além da educação formalizada e nessa “perspectiva abrangente, formação envolve desde as experiências estéticas até a dimensão do trabalho e a política-cidadã, além do exercício da razão. Assim, somente é passível de ser constituída a partir de distintas experiências formativas” (MEDINA, 2011, p. 132). Portanto, foram investigadas ações formativas de sensibilização, como a promoção de exposições ou mostras artísticas sobre o assunto. Dos 13 tribunais, 2 as promovem, o que corresponde a apenas 15,4%; enquanto que a expressiva maioria, 76,9%, não realiza nenhuma atividade de sensibilização.

A educação não formal tem caráter livre em termos de organização e metodologia; portanto, nessa acepção ampla, enfatiza novas perspectivas adequadas aos processos de sensibilização à cultura das pessoas para a necessidade de se conviver com as desigualdades, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Capítulo II, Da igualdade e da Não Discriminação, em consonância com o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 2019, *online*).

Trata-se de mudança para conduta moral, pois “os princípios éticos fundamentais para a vida em sociedade são os valores da justiça, tolerância, solidariedade, responsabilidade, democracia, liberdade, compaixão, respeito, dignidade, igualdade e prudência” (LUIZ, 2020, p. 244). No sentido de mudança de atitude por receio de punição (força legal) para atitude por

meio de adesão consciente e voluntária, em respeito aos direitos das outras pessoas, ocorre necessariamente pela educação, e “perante os múltiplos desafios suscitados pelo futuro, a educação surge como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social” (UNESCO, 2012, p.5).

6 CONCLUSÃO

Por ocasião da minha inscrição para a seleção do programa de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, as ideias fluíam, mas tive dificuldades para expressá-las de forma clara o que ocorreu no decorrer das aulas, das diretrizes passadas pela professora Patrícia Medina, dos estudos e do amadurecimento por meio do conhecimento adquirido no campo dos Direitos Humanos e que se firmou por ocasião da qualificação.

Embora o foco deste trabalho seja a acessibilidade atitudinal, referimo-nos e abordamos aspectos e incluímos na pesquisa perguntas da acessibilidade arquitetônica, via questionário, aos tribunais de Justiça, a fim de fazer uma ligação, conexão entre uma e outra acessibilidade, na tentativa de tentando demonstrar que a acessibilidade atitudinal deve preceder à arquitetônica.

Não se trata, reprise-se, de estudo cujo foco seja a acessibilidade arquitetônica. Notamos que, de acordo com as respostas, a preocupação com as adequações, adaptações para a acessibilidade das pessoas com deficiência, está em andamento em todos os tribunais de Justiça e é recente, o que demonstra não ter havido por parte dos gestores preocupação anterior em relação a esse aspecto arquitetônico, embora houvesse leis que assim determinassem, porém com o advento do CNJ e suas recomendações é que implementam a acessibilidade arquitetônica, assim a ausência da acessibilidade atitudinal.

Foram feitas perguntas tanto aos tribunais como aos servidores e magistrados, para aferir a existência de cursos, treinamentos com vivências, *workshops*, oficinas, apresentações artísticas para a sensibilização, empatia das pessoas sem deficiência para com as pessoas com deficiência mediante a exposição destas, o que, no nosso entendimento, leva à mudança de atitudes, apresentando-se a acessibilidade atitudinal, que “refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações” (BRASIL, 2020, p. 37); porém, constatamos que somente cursos de libras são oferecidos aos servidores para o atendimento às pessoas com deficiência auditiva, não tendo nenhum dos tribunais implementado outros treinamentos para atender a outros tipos de deficiência, nem apresentações artísticas, como

coral, teatro, dança ou exposições feitas por pessoas com deficiência; portanto, ausência da acessibilidade atitudinal por parte dos gestores que não se atentaram à importância dessa convivência positiva entre pessoas com e sem deficiência.

Conclui-se que a acessibilidade arquitetônica, tendo como pressuposto a acessibilidade atitudinal, está em implementação em todos os tribunais de Justiça que responderam ao questionário. Talvez, com o tempo, todos os prédios estejam adaptados para receber as pessoas com deficiência, embora não por atitude espontânea e voluntária dos gestores, mas por obrigação legal. Constata-se, ainda, que a busca da sensibilização por meio de métodos, conforme acima descrito, para o despertar da acessibilidade atitudinal dos gestores, servidores e magistrados ainda é deficitária, conforme demonstram as respostas ao questionário que lhes foi disponibilizado, e a proposta deste trabalho é justamente demonstrar que a realidade e a solução, no longo prazo, e as dificuldades para a acessibilidade atitudinal das pessoas com deficiência, são formas de inclusão.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ricardo Pinha; DANTAS, Lucas Emanuel Ricci. Direitos humanos e fundamentais da pessoa com deficiência: a superação de uma condição deficiente. *In*: CARDIN, Valéria Silva Galdino; DEL'OLMO, Florisbal de Souza; FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer (org). **Direito internacional dos direitos humanos**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 309-330. Disponível em: www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7b7324f8841c5f9. Acesso em: 5 maio 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-ordinarias>. Acesso em: 10 maio 2019a.
- BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/99423>. Acesso em: 10 maio 2019b.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 maio 2019c.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2019d.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**. 2013. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020a.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de educação em direitos humanos: Diretrizes nacionais** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2020b.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016**. Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio – entre outras medidas – da convalidação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão. Disponível em: https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/Res_230_2016_CNJ.pdf. Acesso em: 26 out. 2020c.

CAPA do trabalho. Disponível em: https://br.freepik.com/fotos-premium/escada-como-pano-de-fundo_3623993.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

CARVALHO, Lúcio; ALMEIDA, Patrícia. Direitos humanos e a pessoa com deficiência: da exclusão à inclusão, da proteção à promoção. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, Erechim, v. 12, p. 77-86, fev. 2012. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/30688>. Acesso em: 5 maio 2019.

CENDALES, Lola; MARIÑO, Germán. **Educação não-formal e educação popular**: para uma pedagogia do diálogo cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

CORRÊA, André Luís Penha; BRUM, Paulo Moisés da Silva, **Direitos Humanos e a pessoa com deficiência**: a importância do modelo biopsicossocial e do atendimento fisioterapêutico para a realização do direito à saúde e respeito à dignidade das pessoas com deficiência física adquirida. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitur. Acesso em: 3 maio 2019.

DAMASCENO, Luiz Rogério da Silva. Direitos humanos e proteção dos direitos das pessoas com deficiência: evolução dos sistemas global e regional de proteção. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, a. 20, n. 4320, 30 abr. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/32710/direitos-humanos-e-protecao-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 5 maio 2019.

DIREITOS HUMANOS das Pessoas com Deficiência: Acessibilidade atitudinal como normativa em geral. [Porto Nacional]. Produção: Adhemar Chufalo Filho. Porto Nacional: 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pTirEslgSLQ>. Acesso em: 20 set. 2020a.

DIREITOS HUMANOS. Vida Digna. Educação como perspectiva e projeto de vida para os jovens. [Porto Nacional]. Produção: Adhemar Chufalo Filho. Porto Nacional: 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fCQICR04uSc>. Acesso em: 20 set. 2020b.

DIREITOS HUMANOS: Acessibilidade atitudinal como normativa geral. [Porto Nacional]. Produção: Tullyo da Silva Braga. Porto Nacional: 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0GghYi-ImQw>. Acesso em: 31 jan 2021.

GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Educação formal e não-formal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2016.

GRANT, Reg et. al. **O Livro da História**. São Paulo: Editora Globo S.A., 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 jul. 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf . Acesso em: 27 out. 2020b.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; PINTO, Isabela Cardoso de Matos; PEREIRA, Silvia de Oliveira (org.). **Políticas públicas e pessoa com deficiência**: Direitos Humanos, família e saúde. Salvador: EDUFBA, 2011.

LUIZ, Lindomar Teixeira. A moral e a ética: considerações conceituais e implicações socioculturais. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 5, n.11, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/464>. Acesso em: 26 out. 2020.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos**: ótica da diferença e ações afirmativas 2. ed. Saraiva, 2016.

MEDINA, Patrícia. **A Relação homem-natureza, a fenomenologia do cuidar e a dimensão formativa**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/1125>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> . Acesso em: 10 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2007. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014. Disponível em: http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. DELORS, Jacques (org.). Editora Cortez: São Paulo, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Deficiência 2011**. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=E76BE91CD4CCCC5643DFEA46745DB227?sequence=4. Acesso em: 15 jun. 2020.

VALORIZAÇÃO da Vida. Produção Escola Superior da Magistratura Tocantinense, ESMAT. [Palmas]. Produção: Adhemar Chufalo Filho. Palmas: 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hYrBoO-cQyo>. Acesso em: 20 set. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Vídeo 1 - Comentários - “Valorização da vida”

A Figura 1 apresenta a imagem do Vídeo 1 - Comentários - “Valorização da vida”.

Figura 1 - Vídeo 1 - Comentários - “Valorização da vida”.



Fonte: Valorização (2020)

Esse vídeo de aproximadamente 8 minutos foi realizado nos estúdios da ESMAT, no qual abordo a necessidade de valorização da vida, como um dos principais Direitos Humanos, não importando as condições físicas ou mentais ou qualquer outra em que a pessoa se encontre, por ser parte de um todo, e não o todo, e isso para uma melhor compreensão da vida e como prevenção para não levar ao suicídio. Local de filmagem: ESMAT, disponibilizada em 29 de setembro de 2019. O vídeo encontra-se disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hyrBoO-cQyo>.

APÊNDICE B - Vídeo 2 - Palestra - “Direitos Humanos das pessoas com deficiência, acessibilidade atitudinal como normativa em geral”

A Figura 1 apresenta a imagem do Vídeo 2 - Palestra - “Direitos Humanos das pessoas com deficiência, acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.

Figura 1 - Vídeo 2 - Palestra - “Direitos Humanos das pessoas com deficiência, acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.



Fonte: Direitos Humanos (2020a)

Esse vídeo de aproximadamente 40 minutos foi filmado no Fórum da Comarca de Porto Nacional, sem público, devido à Covid-19. Nele, fiz uma sequência de *slides* para apresentação, e como não tive como mostrá-los no decorrer da palestra os inseri ao final. Trato da atitude das pessoas perante o direito de outrem, o respeito às diferenças, a importância da educação para convivência positiva iniciando na infância, passando-se pela adolescência, fase adulta e velhice. Dei ênfase, porém, à autoeducação. Local de filmagem: Fórum de Porto Nacional, sem público, devido à Covid-19, disponibilizada em 20 de abril de 2020. O vídeo encontra-se disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pTirEslgSLQ>.

APÊNDICE C - Slides - Vídeo 2 - Palestra - “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade atitudinal como normativa em geral”

A seguir serão apresentados os slides utilizados no vídeo “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.

Figura 1 - Slides - Vídeo 2 - Palestra - “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Figura 2 - Slide do vídeo “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

DEFINIÇÃO

Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.

EXEMPLOS E PRÁTICAS

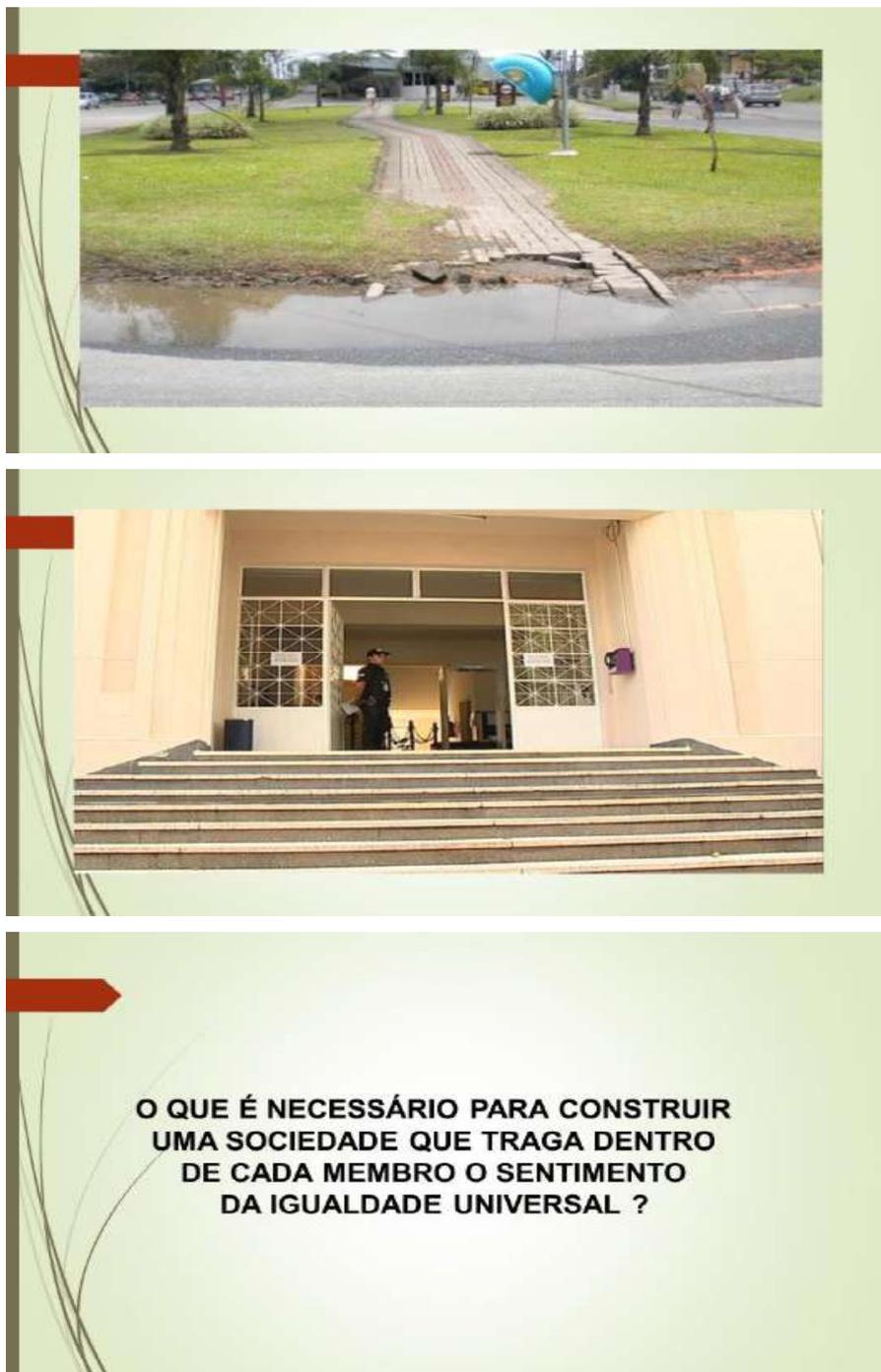
Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras



The image consists of three vertically stacked panels. The top panel is a text slide with a light green background and a red arrow pointing right. It contains the title 'ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA', a sub-section 'DEFINIÇÃO' with a paragraph about removing physical barriers, and another sub-section 'EXEMPLOS E PRÁTICAS' with a paragraph listing common examples like ramps and adapted bathrooms. The middle panel is a photograph of a red brick ramp built against a wall, leading up to a street level. The bottom panel is a photograph of a cobblestone sidewalk with a circular area of blue tactile paving next to a street.

Fonte: Chufalo Filho (2020)

Figura 3 - Slide do vídeo “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Figura 4 - Slide do vídeo “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

DEFINIÇÃO
Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

EXEMPLOS E PRÁTICAS
Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal



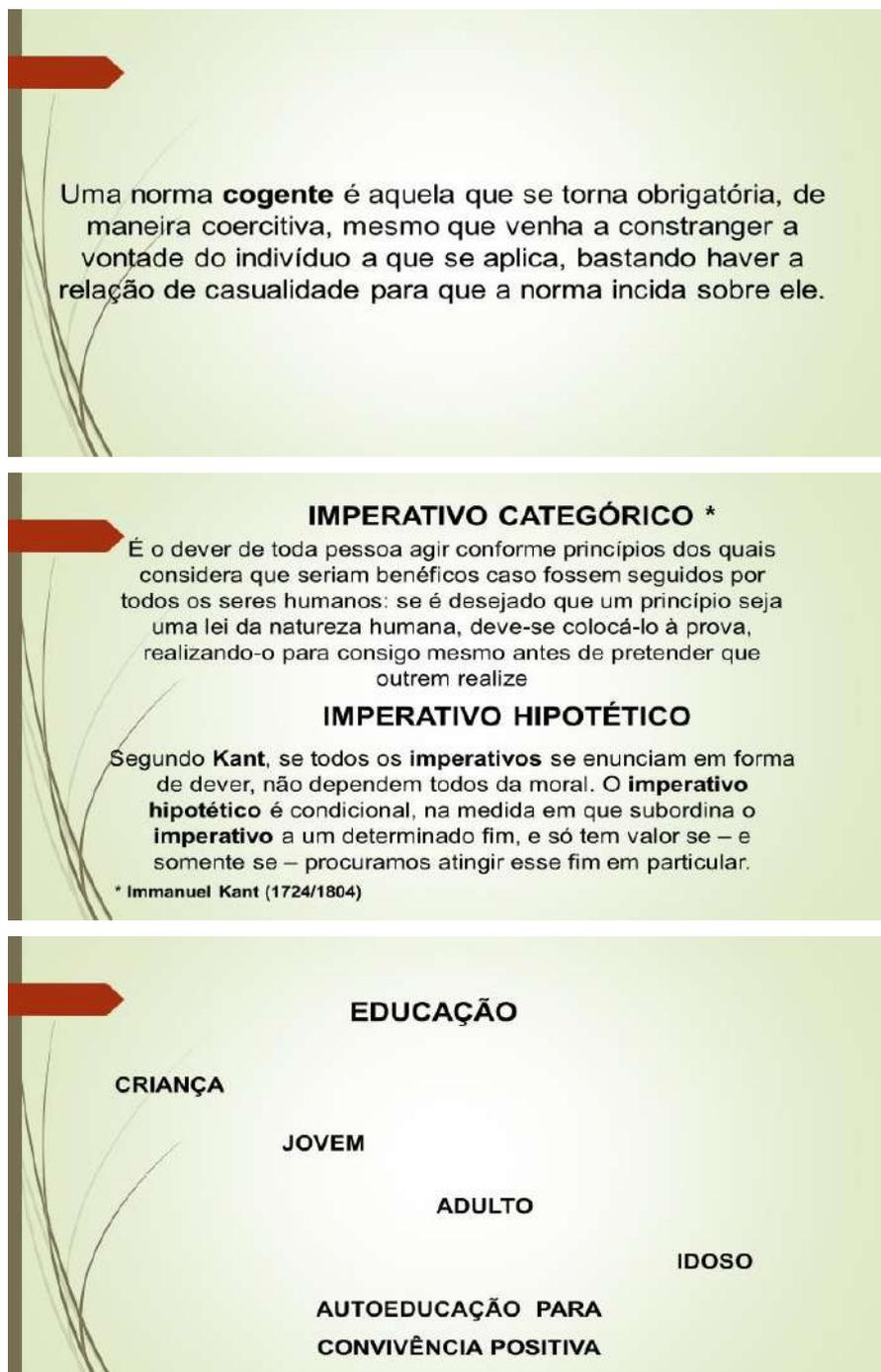
**ATUALMENTE:
QUAL A NECESSIDADE ?**

NORMAS COGENTES

NORMAS PUNITIVAS

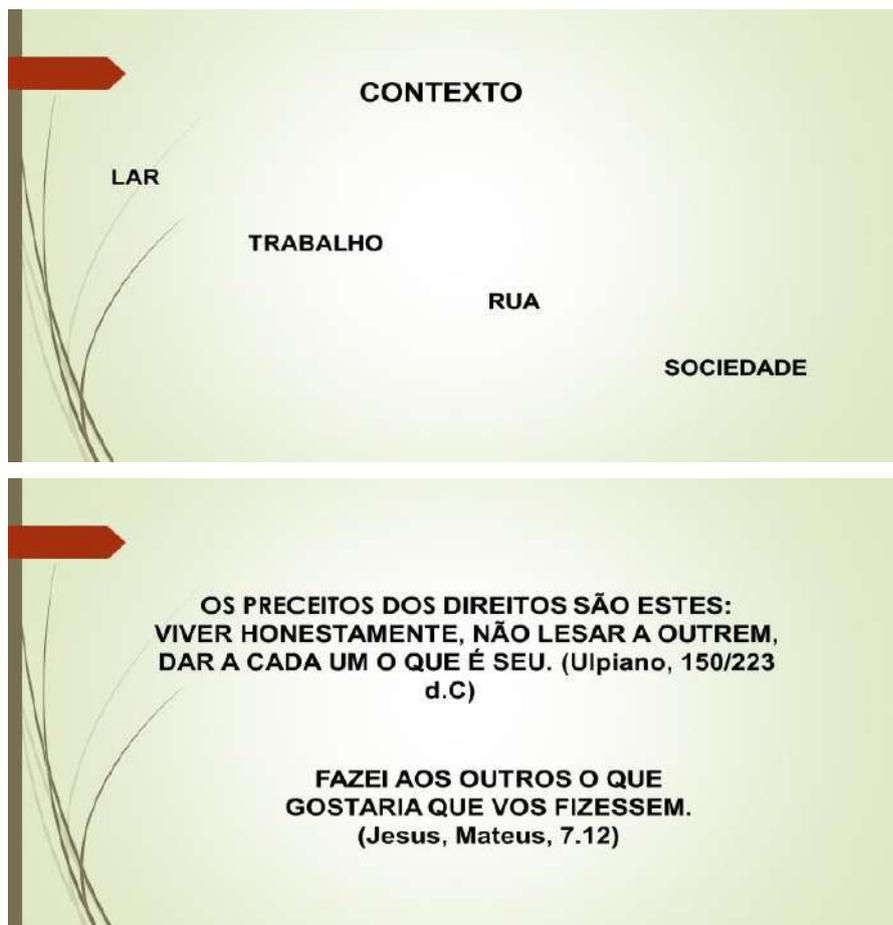
Fonte: Chufalo Filho (2020)

Figura 5 - Slide do vídeo “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

Figura 6 - Slide do vídeo “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

APÊNDICE D - Vídeo 3 - Palestra - Direitos Humanos, vida digna, educação como perspectiva e projeto de vida para os jovens.

A Figura 1 apresenta a imagem do Vídeo 3 - Palestra - Direitos Humanos, vida digna, educação como perspectiva e projeto de vida para os jovens.

Figura 1 - Vídeo 3 - Palestra - Direitos Humanos, vida digna, educação como perspectiva e projeto de vida para os jovens.



Fonte: Direitos Humanos (2020b)

Esse vídeo, a pedido da Escola CEM Florêncio Aires, da cidade de Porto Nacional, é oriundo de *live*, na qual faço comentários a respeito da educação da criança, do jovem, do adulto e do idoso, da autoeducação, da consciência que professores devem ter de sua importância na formação do caráter de seus alunos, com vista não somente à educação intelectual, mas também de uma consciência crítica em que desenvolve seus potenciais. Trago exemplos de pessoas que superaram obstáculos sociais, financeiros, físicos, alcançaram e lutam por seus ideais, e que as dificuldades são transponíveis com a confiança em nós mesmos, desde que objetivos factíveis. *Live* para a escola CEM Florêncio Aires, da cidade de Porto Nacional, filmada em residência, disponibilizada em 18 de julho de 2020. O vídeo encontra-se disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fCQICR04uSc>.

APÊNDICE E – Banner “Direitos Humanos, direito de todos à inclusão social”

A Figura 1 apresenta a imagem do *Banner* “Direitos Humanos, direito de todos à inclusão social”.

Figura 1 - *Banner* “Direitos Humanos, direito de todos à inclusão social”.



Fonte: Chufalo Filho (2020)

As dimensões do *banner* serão de 1,20cm por 0,60cm, para serem expostos por um período de tempo no átrio dos prédios do Tribunal de Justiça e Fóruns. Do *layout* do *banner* serão feitos folhetos para serem distribuídos à população, em geral, que comparecer aos prédios dos fóruns.

A mensagem veiculada no *banner* pretende sensibilizar as pessoas para a existência das diferenças nas condições físicas, psíquicas, características étnicas, das regiões, e isso é a diversidade, porém que todos em essência são iguais e detentores dos mesmos Direitos Humanos na sua concepção mais ampla.

Tem-se o objetivo de expô-lo nos átrios dos prédios dos Fóruns da capital e interior, bem como no Tribunal de Justiça, ESMAT e UFT, no decorrer da semana da pessoa com deficiência, e os folhetos a serem distribuídos na mesma ocasião.

APÊNDICE F – Cartilha “Posso ajudar?”

A Figura 1 apresenta a imagem da Cartilha “Posso ajudar?”.

Figura 1 - Cartilha “Posso ajudar?”



Fonte: Chufalo Filho (2020)

A ideia de se fazer uma cartilha educativa surgiu quando, participando de um seminário ministrado por Sônia Berenice Hoffmann, que traz no currículo Curso Superior de Fisioterapia, pelo Instituto Porto Alegre (1985). Graduada em Licenciatura em letras – Habilitação Português/Inglês –, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1980). Especialista em Educação Física Adaptada para Deficientes, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995). Mestra em Ciências do Movimento Humano, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Doutora na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, pela Universidade do Porto (2003), que percorreu as dificuldades quando pessoas inabilitadas tentam ajudá-la. No mesmo sentido, em microcurso ministrado por Euler Rui Barbosa Tavares, bacharel e licenciado em História, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bacharel em Direito, pelo Centro Universitário Luterano do Brasil. Especialista em História Cultural com Perspectiva Regional, pela Pontifícia

Universidade Católica de Goiás. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Inclusão, pela Sul da América de Goiás. cursando Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Civil e Processo Civil, pelo Instituto Julio Cezar Sanchez. Mestre em Educação, pela UFT, vinculado ao grupo de pesquisa Formação de Professores: Fundamentos e Metodologias de Ensino. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Tocantins. Professor da Secretaria Municipal de Educação, na cidade de Palmas-TO.

A finalidade da cartilha é apresentar algumas formas corretas de como conduzir, atender e assistir pessoas com deficiência, de forma simples e didática, com imagens de cores marcantes que facilitam e fixam na mente daqueles que a leem ou, sem necessidade de ler, captam a mensagem nela inserta.

A seguir apresenta-se Cartilha “Posso ajudar?” na íntegra.

posso ajudar?



Adhemar Chufalo Filho

Projeto “Posso ajudar?”

Escola Superior de Magistratura Tocantinense -ESMAT
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Programa: Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e
Direitos Humanos

Área: Educação em Direitos Humanos - EDUCADH

Mestrando: Adhemar Chufalo Filho

Orientadora: Prof.^a Dra Patrícia Medina

Coordenador do Programa: Prof. Dr. Gustavo Paschoal T.C
Oliveira

Arte e diagramação: Camila Carvalho Costa
base para as ilustrações: @pch.vector

1ª Edição: 2020

Tiragem: x cópias

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde
que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim
comercial.

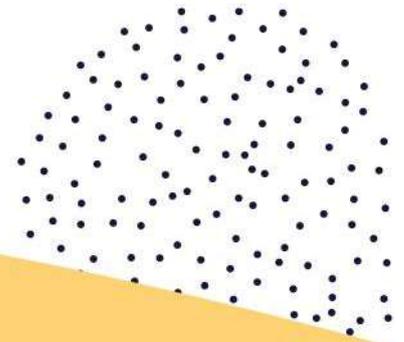
Dados internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca -

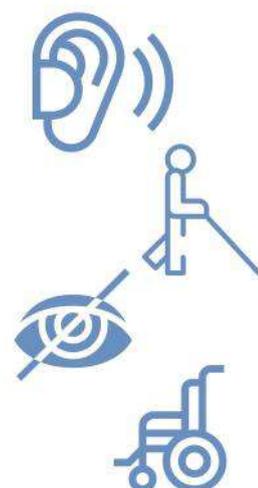
**“O descontentamento é o primeiro
passo na evolução de um homem ou
de uma nação.”**

Oscar Wilde



Direitos humanos e acessibilidade

Quando se fala de **acessibilidade** e inclusão da pessoa com deficiência grande parte da população entende ser somente em relação a barreiras urbanísticas e arquitetônicas, reserva de vagas, preferência em filas ou outras análogas. Já quando se fala em **Direitos humanos**, o primeiro pensamento que vem a mente é o tratamento direcionado somente às pessoas que transitam à margem da Lei



Na realidade estes temas estão relacionados e têm-se as **normativas nacionais e internacionais** que tratam de variados temas e que regulam matérias relativas à pessoa com deficiência, sendo bem extensa, perfeitamente aplicável e em consonância com as necessidades dessa parcela com mais de quarenta milhões de pessoas no Brasil, considerando-se as pessoas com incapacidade total, as com grande dificuldade, as com alguma dificuldade e as que não tem dificuldade, conforme CENSO/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010

Mas e os direitos humanos?

Direitos Humanos são aqueles que o indivíduo possui simplesmente por ser uma **pessoa humana**, por sua importância de existir, tais como: o direito à vida, à família, à alimentação, à educação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual e ao meio ambiente sadio, entre outros. (CADERNO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: DIRETRIZES NACIONAIS, 2013, P. 11)



Ou seja, a pessoa com deficiência possui os mesmos direitos. O problema é que muitas vezes a aplicação prática das normas não é feita pela população geral e até mesmo por pessoas com deficiência devido à falta de assimilação desta realidade

A acessibilidade e inclusão, física ou psicológica, passam, então, para o campo dos Direitos Humanos ainda não aplicados por falta de processos educativos curricular ou extracurricular para prática que conscientize, a população em geral, que ainda não sentiu que é necessário vivenciar e inserir concretamente no seu dia a dia o respeito às diferenças e necessidades do seu próximo, e entre estas a de como proceder quando solicitada ajuda pela pessoa com deficiência ou aceita a oferta da pessoa que se propõe a ajudar

O primeiro passo é entender que as situações podem ser variadas.

Nesta cartilha, daremos dicas para auxiliar pessoas com:
Deficiência por dificuldade de locomoção
Deficiência auditiva
Deficiência visual
Deficiência mental

A primeira delas é que antes de qualquer ação, se possível, faça a pergunta...

POSSO AJUDAR ?



COMO CONDUZIR UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM CADEIRAS DE RODAS

Primeiramente pergunte de que maneira a pessoa prefere ser carregada



E lembre-se...
paraplégicos geralmente possuem muita força nos braços e conseguem fazer as transferências de maneira independente ou com pouca ajuda

Já tetraplégicos precisam de mais assistência e não podem ser submetidos a posições que exijam força nos braços

CARREGAMENTO COM 1 PESSOA

Evite fazer o carregamento se estiver sozinho(a)

É melhor para mulheres e pessoas mais leves

Atenção caso a mulher esteja de vestido, segurar o vestido em contato com o corpo dela



CARREGAMENTO COM 2 PESSOAS



Um segura as pernas e o outro o tronco
Caso seja mulher tomar cuidado com os seios ao segurar por trás

Cada um pega um lado do corpo: é preciso ter sincronia entre os ajudantes, escolha a direção do carregamento antes de iniciar



Como conversar com um cadeirante?

O campo de visão do cadeirante é mais baixo, por isso, ao conversar por longos períodos o ideal é se sentar ou agachar para que o cadeirante não fique muito tempo olhando para cima



Como ajudar a subir e descer degraus?

COM 1 PESSOA

Evite ajudar o cadeirante a subir e descer escadas se estiver sozinho(a)

Caso seja necessário, você pode proceder da seguinte forma:



Subida:

Com o cadeirante posicionado de costas para a escada empine a cadeira com muito cuidado e puxe, de modo que somente as rodas grandes toquem os degraus da escada

Descida:
Com o cadeirante virado de frente para a escada, empine para trás a cadeira e empurre com cuidado para frente, de modo que somente as rodas grandes toquem os degraus da escada



COM 2 OU MAIS PESSOAS

Uma pessoa carrega sozinho(a) (como explicado anteriormente) e a outra se posiciona do lado oposto para evitar acidentes



Outras maneiras de auxiliar:

Uma pessoa carrega a cadeira e as outras duas o cadeirante (com as opções de carregamento ditos anteriormente)



Uma pessoa carrega a parte de cima (apoio de carregamento) e a outra carrega pela parte dos pés (esta pessoa descerá a escada de costas e deve ter bastante cuidado)

Uma pessoa carrega o lado esquerdo e outra pessoa carrega o lado direito, ambas segurando no apoio de carregamento da cadeira e no apoio de pés

Dicas de convivência

- 1- Nunca tenha medo de utilizar palavras como correr, andar e pular.
- 2- Ao convidar um cadeirante para algum evento, procure verificar a acessibilidade do local.
- 3- Pergunte sempre ao cadeirante se ele gostaria de ajuda com alguma tarefa específica e qual a melhor forma de ajudá-lo

DICAS PARA AJUDAR UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL



Não force uma ajuda

Sempre pergunte se a pessoa precisa de ajuda e não toque nela sem que haja consentimento

Caso a ajuda seja negada, não insista!

Fique alerta em passeios públicos

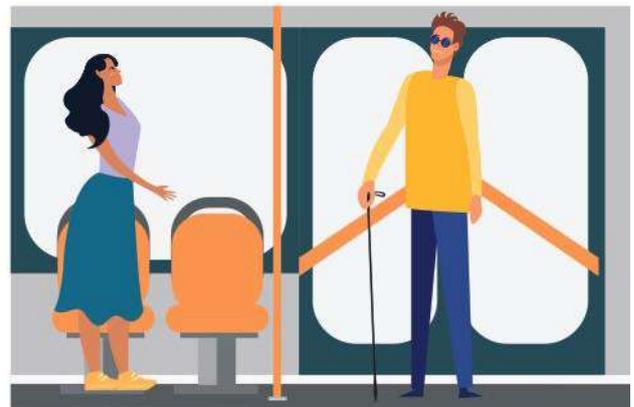
Esta dica vale não só para a sua segurança, mas para a segurança de outras pessoas que transitam no espaço público, incluindo pessoas com deficiência visual, evite andar olhando para o celular, ouvindo música e não ande sobre o piso tátil





Identifique-se ao falar com uma pessoa cega ou com baixa visão
Quando se aproximar de uma pessoa cega, cumprimente em voz alta, identificando-se, jamais se aproxime silenciosamente

Ofereça lugar no transporte público.
Caso veja uma pessoa com deficiência visual, lembre-se de avisar que há lugares disponíveis no ônibus, metrô ou trem



Não seja indelicado
Ao falar, dirija-se à pessoa cega ou com baixa visão e nunca a seu acompanhante



Ofereça um braço para servir de guia.
Se a pessoa precisar de ajuda para ir de um lugar para outro, ofereça o braço para guia-la e caminhe apenas meio passo a frente e não rápido demais

Ajude a pessoa a se sentar.
Jamais puxe ou empurre a pessoa em direção ao assento, ao invés disso, coloque as mãos da pessoa no encosto e deixe que ela se sente



Ajude a pessoa a tomar as escadas.
Descreva se escadaria leva para cima, ou para baixo, o quão inclinada é e qual a sua extensão e coloque a mão da pessoa no corrimão.
Se você estiver guiando a pessoa, suba a escada na frente, mas ande no ritmo dela

COMO SE COMUNICAR COM PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Fale normalmente

Fique de frente para a pessoa e fale de forma natural

Evite falar e mexer as mãos excessivamente

Não dificulte a leitura labial gesticulando e colocando objetos na frente do rosto



Esteja visível

Fique em um lugar iluminado e evite ficar contra a luz



Seja expressivo ao falar.

Para indicar as suas emoções, utilize as suas expressões faciais, gestos e movimento do seu corpo

Outras dicas:

A comunicação através de bilhetes pode ser uma boa opção se necessário.

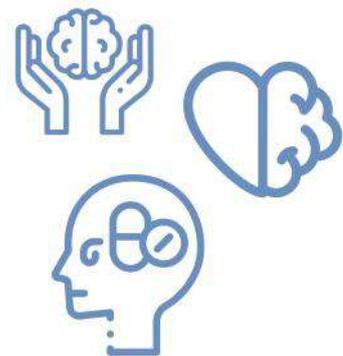
Quando a pessoa surda estiver acompanhada de um intérprete, dirija-se à pessoa surda, não ao intérprete

COMO SE COMUNICAR COM UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Não confunda deficiência intelectual com doença mental.

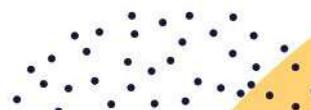
A doença mental é a alteração da percepção individual e da realidade, como neuroses graves e psicoses agudas, o que, nem sempre acontece com pessoas com deficiência intelectual

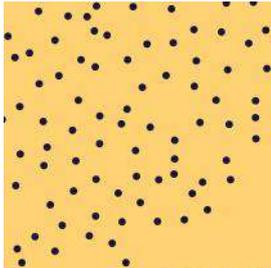
A deficiência intelectual diz respeito às limitações significativas no desenvolvimento cognitivo, que podem ser percebidas na maneira de falar, caminhar, escrever, entre outras



Trate-o(a) apropriadamente
Comunique-se de maneira clara e trate-o com respeito e dignidade, observando sua faixa etária

Seja paciente!
Lembre-se de que a pessoa com deficiência intelectual aprende de uma maneira diferente de você. Explique quantas vezes forem necessárias para o entendimento





REFERÊNCIAS

ALGUMAS DICAS PARA AJUDAR UM CADEIRANTE. [S. l.], 12 jun. 2016. Disponível em: <https://casadaptada.com.br/2016/06/algumas-dicas-para-ajudar-um-cadeirante/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CANDAU, Vera Maria et al. Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as). Cortez Editora, 2016.

CEONG, EQUIPE. Como ajudar ou conversar com uma pessoa surda? [S. l.], 1 out. 2012. Disponível em: <https://ceong.com.br/como-ajudar-ou-conversar-com-uma-pessoa-surda/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

COMO ATENDER pessoas surdas ou com deficiência auditiva. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.deficienteonline.com.br/trabalho-duvidas-e-esclarecimentos-sobre-como-atender-e-prepar-o-ambiente-de-trabalho-para-pressoas-surdas___24.html. Acesso em: 13 jul. 2020.

COMO AJUDAR Um Deficiente Visual. [S. l.], 2020. Disponível em: http://www.lmc.org.br/?page_id=144. Acesso em: 13 jul. 2020.

COMO AJUDAR uma Pessoa Cega. [S. l.]: WikiHow, 2020. Disponível em: <https://pt.wikihow.com/Ajudar-uma-Pessoa-Cega>. Acesso em: 13 jul. 2020.

COMO AJUDAR CADEIRANTE SUBIR ESCADAS? | Sobre Rodas. Sobre Rodas Oficial, 8 out. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PVLAOsVnOFY> **COMO AJUDAR CADEIRANTE SUBIR ESCADAS? | Sobre Rodas.** Acesso em: 13 jul. 2020.

COMO LIDAR com as pessoas com deficiência. C MARA DOS DEPUTADOS, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/Como-lidar.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

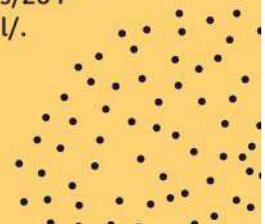
COMO SE comunicar com uma pessoa surda?. [S. l.], 30 abr. 2019. Disponível em: <https://cronicasdasurdez.com/comunicar-pessoa-surda/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

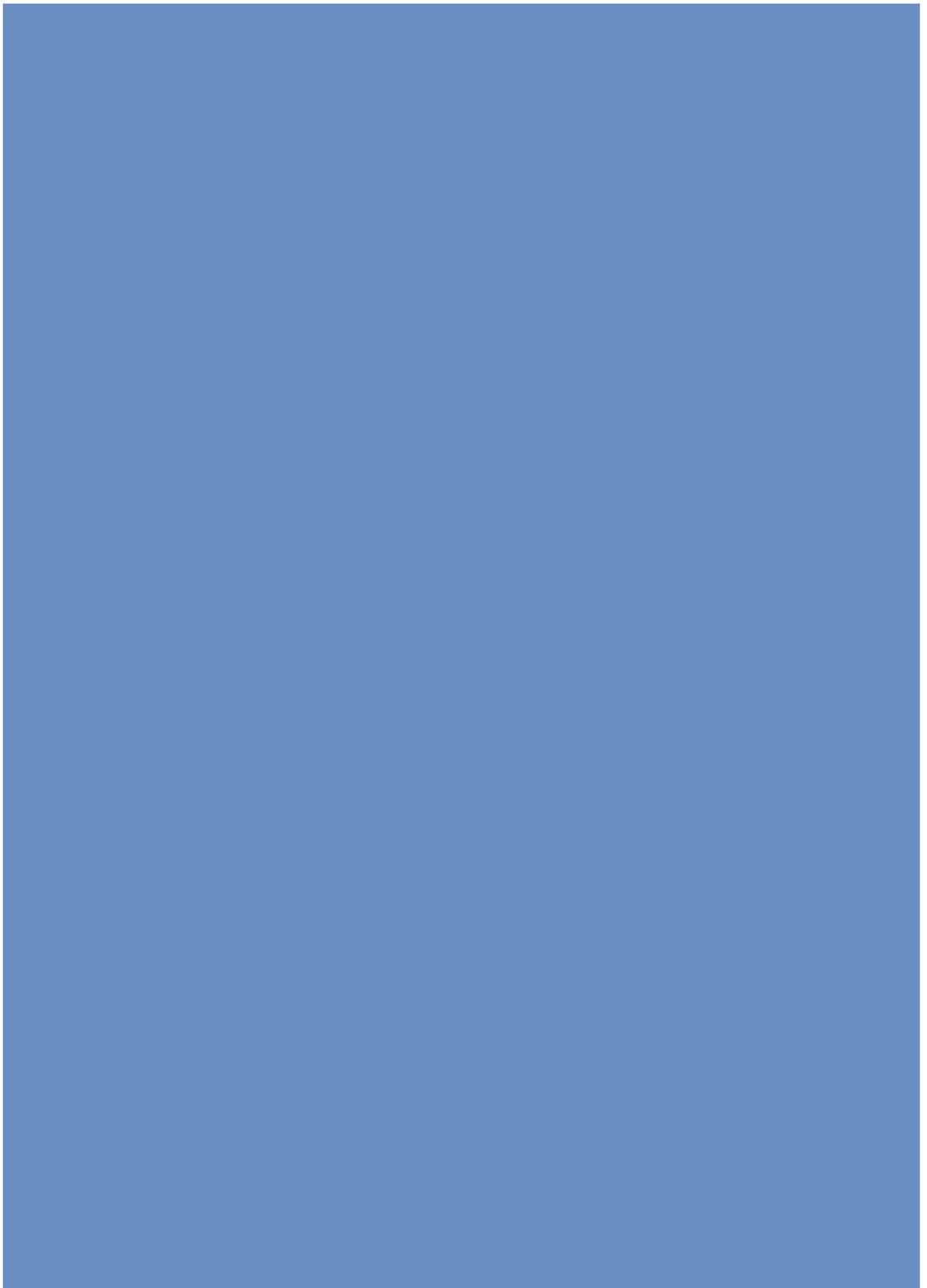
FREITAS, Fernando. 6 dicas para ajudar uma pessoa com deficiência visual sem pagar mico. [S. l.], 5 maio 2017. Disponível em: fundacaodorina.org.br/blog/6-dicas-para-ajudar-uma-pessoa-com-deficiencia-visual/. Acesso em: 13 jul. 2020.

Marylida. Dicas de como ajudar cadeirante: Nunca vá empurrando o cadeirante que nem um carrinho de compras.... Site do pastor, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://www.sitedopastor.com.br/dicas-de-como-ajudar-cadeirante/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

OLIVEIRA, Hamilton. ALGUMAS DICAS PARA AJUDAR UM CADEIRANTE. [S. l.], 16 jul. 2016. Disponível em: <https://casadaptada.com.br/2016/06/algumas-dicas-para-ajudar-um-cadeirante/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

QUAL a diferença entre doença mental e deficiência intelectual?. Instituto paradigma, 19 ago. 2015. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/pergunte/participacao-social-e-direitos/264-qual-a-diferenca-entre-doenca-mental-e-deficiencia-intelectual/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

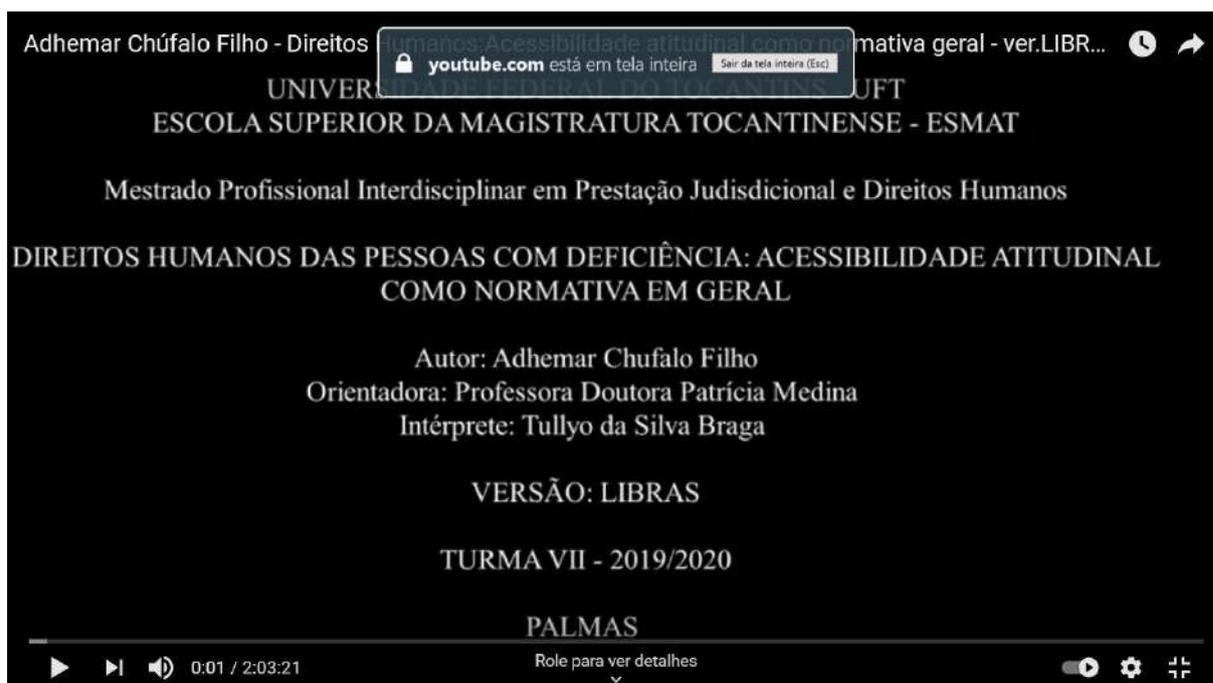




APÊNDICE G – Vídeo da tradução em LIBRAS do relatório técnico “Direitos Humanos das pessoas com deficiência: acessibilidade atitudinal como normativa em geral”

A Figura 1 apresenta a imagem do vídeo da tradução em LIBRAS do relatório técnico “Direitos Humanos das pessoas com deficiência: acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.

Figura 1 - Vídeo da tradução em LIBRAS do relatório técnico “Direitos Humanos das pessoas com deficiência: acessibilidade atitudinal como normativa em geral”



Fonte: Direitos Humanos (2020b)

Trata-se de tradução para o idioma de LIBRAS do relatório técnico “Direitos Humanos das pessoas com deficiência: acessibilidade atitudinal como normativa em geral”, sendo traduzido e interpretado por Tullyo da Silva Braga, gravado em residência do tradutor e intérprete, disponibilizado em 31 de janeiro de 2021. O vídeo encontra-se disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OGghYi-ImQw>.

APÊNDICE H – Formulários de desenvolvimento de material didático e instrucional

A seguir serão apresentados os formulários de desenvolvimento de material didático e instrucional referentes ao banner “Direitos humanos, direito de todos à inclusão social”, cartilha “Posso ajudar ?” e traduções da mesma cartilha para braile e libras.



DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO E INSTRUCIONAL

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
TÍTULO: DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS À INCLUSÃO SOCIAL		
Ano de publicação: Não se aplica		
Autor: Adhemar Chufalo Filho		
Docentes: Professora Doutora Patrícia Medina e Professor Doutor Paulo Fernando Martins		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo:		
Tipo de produção: Banner instrucional		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <i>Desenvolvimento de material didático e instrucional</i>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Banner: 1,20cm por 0,60cm		
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input checked="" type="checkbox"/> Outro		
País <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> Brasil		
Idioma: Português		
Título em inglês <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> Human rights, everyone's right to social inclusion		

Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input checked="" type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados

<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Banner 1,20cm por 0,60cm, várias cópias para serem expostas por um período de tempo no átrio dos prédios do Tribunal de Justiça e Fóruns. Do layout do banner serão feitos folhetos para distribuição.	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial	

<input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Arte atrativa para passar a mensagem sobre a existência das diferenças de condições físicas, psíquicas, étnicas, de regiões; alertar para não formulação de preconceitos, pois todos em essência são iguais e detentores dos mesmos Direitos Humanos na sua acepção mais ampla.	
Replicabilidade:	
<input checked="" type="checkbox"/> sim	
<input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial:	
<input type="checkbox"/> Internacional	
<input type="checkbox"/> Nacional	
<input checked="" type="checkbox"/> Regional	
<input type="checkbox"/> Local	
Complexidade:	
<input type="checkbox"/> Alta	
<input checked="" type="checkbox"/> Média	
<input type="checkbox"/> baixa	
Inovação:	
<input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo	
<input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo	
<input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo	
<input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input checked="" type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços

<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</small> Não se aplica.	
Observação: <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</small> Nenhuma.	
Anexos: Cópia do <i>banner</i> em PDF.	
3 - Contexto	
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.	
4 – Relevância	
Comunicação visual com figuras geram impacto à sensibilização das pessoas para que, na existência das diferenças de condições físicas, psíquicas, étnicas, de regiões, não formulem pré conceitos, pois todos em essência são iguais e detentores dos mesmos Direitos Humanos na sua acepção mais ampla devendo, assim, serem tratados com	

respeito e dignidade.

Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?

Sim

Não



DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO E INSTRUCIONAL

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
Título: POSSO AJUDAR ?		
Ano de publicação: 2020		
Autor: Adhemar Chufalo Filho		
Docente: Professora Doutora Patricia Medina		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo: Camila Carvalho Costa – CNPJ n. 33.384.174/0001 -54		
Tipo de produção: Cartilha		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e Instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <i>Desenvolvimento de material didático e instrucional</i>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Cartilha de instruções como conduzir, atender, se comunicar com pessoas portadoras de deficiência.		
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input checked="" type="checkbox"/> Impresso <input type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outro		
País: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> Brasil		
Idioma: Português		
Título em inglês <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> CAN I HELP YOU ?		

Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input checked="" type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada

<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
A finalidade da cartilha é apresentar algumas formas corretas de como conduzir, atender e assistir pessoas com deficiência, de forma simples e didática, com imagens de cores marcantes que facilitam e fixam na mente.	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Aprendizagem	

Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Trata-se de recurso didático que transmite a mensagem sem estar associado a outro componente curricular, por exemplo curso. O <i>layout</i> da cartilha chama a atenção pelas cores, imagens e fácil leitura com a finalidade de sensibilizar as pessoas que a lerem, e se conduzirem de forma correta na presença de pessoas com deficiência. Original, pronto para reprodução está sendo disponibilizado a todos os Tribunais de Justiça do Brasil; e está disponível no youtube em Libras e Licenciado como Recurso Educacional Aberto(REA) no Creative Commons (CC)	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input checked="" type="checkbox"/> Internacional <input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input checked="" type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input checked="" type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input checked="" type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais

<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim Política Institucional 4, item 4.4., p. 40 PDI 2017-2020 <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> COLOCAR AQUI A URL DA VERSÃO	
Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Anexos: Cartilha em PDF, e-mail de envio aos 27 Tribunais de Justiça.	
3 - Contexto	
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.	
4 – Relevância	
A cartilha instruiu sobre as formas corretas de como conduzir, atender e assistir pessoas	

com deficiência, de forma simples e didática, com imagens de cores marcantes que facilitam e fixam na mente daqueles que a leem ou, sem necessidade de ler, captam a mensagem nela inserta, a fim de aplicarem no dia a dia, na convivência com pessoas com deficiência, com dificuldades de locomoção ou mesmo idosos nos prédios dos fóruns ou vias públicas e qualquer outro ambiente

Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?

Sim

Não



DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO E INSTRUCIONAL

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
Título: DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL COMO NORMATIVA EM GERAL		
Ano de publicação: 2020		
Autor: Adhemar Chufalo Filho		
Docente: Professora Doutora Patrícia Medina		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo: Manoel Mendes Amorim – CPF N. 648.751.303-25		
Tipo de produção: Relatório Técnico em Braille		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <i>Desenvolvimento de material didático e instrucional</i>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: (quantidade de caracteres digitados: 0/255) Tradução em Braille do Relatório Técnico, produto de final de curso do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense com intuito de ampliar o acesso as informações produzidas para a população cega.		
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input checked="" type="checkbox"/> Impresso <input type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outro		
País (quantidade de caracteres digitados: 0/1000) Brasil		
Idioma: Português / Braille		

Titulo em inglês <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> HUMAN RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES: ATTITUDINAL ACCESSIBILITY AS A NORMATIVE IN GENERAL	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input checked="" type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados

<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input checked="" type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural	

<input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Acessibilidade. Acesso às pessoas cegas das informações contidas no relatório técnico de pesquisa intitulada DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL COMO NORMATIVA EM GERAL realizadas junto aos 27 tribunais de justiça no Brasil.	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input checked="" type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais

<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Anexos: O arquivo tem o formato TXT, podendo ser aberto em programas de Bloco de Notas. O relatório técnico foi formatado no programa Braille Fácil desenvolvido pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Link para download do Braille Fácil e outras informações: http://intervox.nce.ufrj.br/brfacil/ . Foto do trabalho em Braille encadernado.	
3 - Contexto	
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos	

Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.

4 – Relevância

Versão Braille do relatório técnico Direitos Humanos da pessoa com deficiência ao acesso da prestação jurisdicional através da inclusão e acessibilidade atitudinal em relação ao atendimento, de acordo com as características e necessidades específicas a cada tipo de deficiência, e para isso propomos a oferta de cursos, oficinas, treinamentos aos servidores e magistrados que impactará não somente o público alvo, pessoas com deficiência, mas em geral pela sensibilização de que do lado de fora do balcão está um ser humano à espera de atendimento com respeito, cordialidade, empatia.

Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?

Sim

Não



DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO E INSTRUCIONAL

1 - DADOS GERAIS – <i>Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual</i>		
Título: DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL COMO NORMATIVA EM GERAL		
Ano de publicação: 2020		
Autor: Adhemar Chufalo Filho		
Docente: Professora Doutora Patrícia Medina		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo: Tullyo da Silva Braga – CPF n. 046.628.461-61		
Tipo de produção: Relatório Técnico em LIBRAS		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <i>Desenvolvimento de material didático e instrucional</i>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Tradução em LIBRAS do Relatório Técnico, trabalho final do programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense.		
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outro		
País: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> Brasil		
Idioma: Português / LIBRAS		
Título em inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>		

HUMAN RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES: ATTITUDINAL ACCESSIBILITY AS A NORMATIVE IN GENERAL	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input checked="" type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada

<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input checked="" type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo:	

<input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Acessibilidade aos surdos dos resultados apresentados pela pesquisa desenvolvida junto aos Tribunais de Justiça do Brasil.	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input checked="" type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas

<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</small> https://www.youtube.com/watch?v=0GghYi-lmQw	
Observação: <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</small>	
Anexos: Publicado no YouTube – URL acima.	
3 - Contexto	
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.	
4 – Relevância	
Versão LIBRAS do relatório técnico de pesquisa Direitos Humanos da pessoa com deficiência ao acesso da prestação jurisdicional através da inclusão e acessibilidade atitudinal em relação ao atendimento, de acordo com as características e necessidades específicas a cada tipo de deficiência, e para isso propomos a oferta de cursos, oficinas, treinamentos aos servidores e magistrados que impactará não somente o público alvo, pessoas com deficiência, mas em geral pela sensibilização de que do lado de fora do balcão está um ser humano à espera de atendimento com respeito, cordialidade, empatia.	
Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio? <input checked="" type="checkbox"/> Sim	

Não

APÊNDICE I – Formulários de desenvolvimento de produto

A seguir serão apresentados os formulários de desenvolvimento de produto referentes aos artigos “Direitos humanos e pessoa com deficiência: educação para superar barreiras”, “Convivência como direitos humanos: o difícil relacionamento humano face à exclusão nas diferenças” e “Direitos humanos. acessibilidade das pessoas com deficiência aos tribunais de justiça”.



DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

1 - DADOS GERAIS

Título: **DIREITOS HUMANOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: EDUCAÇÃO PARA SUPERAR BARREIRAS**

Ano de publicação: Submetido - Em avaliação

Autores: Adhemar Chufalo Filho e Patrícia Medina

Docente: Professora Doutora Patrícia Medina

Discente: Adhemar Chufalo Filho

Participante externo:

Tipo de produção: Artigo Científico

<input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e Instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
--	---	---

Subtipo de produção: ***Desenvolvimento de produto***

A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído?

Sim

Não

2 - DETALHAMENTO

Tipo:

Piloto

Outro

Protótipo

projeto

Natureza:

Aparelho

Instrumento

Outro

Fármaco e similares

Equipamento

Registro de Patente: (quantidade de caracteres digitados: 0/255)

Disponibilidade:

Restrita

Irrestrita

Instituição financiadora: (quantidade de caracteres digitados: 0/255)

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Escola Superior da Magistratura Tocantinese - ESMAT	
Cidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Palmas	
País: Brasil	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input checked="" type="checkbox"/> Impresso <input type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Idioma: Português	
Título em Inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> HUMAN RIGHTS AND PERSONS WHITH DISABILITIES: EDUCATION TO OVERCOME BARRIERS	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial)

	organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: (quantidade de caracteres digitados: 0/255)	

Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Aborda-se a necessidade de uma convivência positiva no lar, trabalho, sociedade, através da educação e autoeducação para convivencialidade. O impacto argumentos sensiibilização das pessoas através dos argumentos expostos.	
Replicabilidade: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto: <input type="checkbox"/> Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura	

<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</small> https://revistas.ufri.br/index.php/rce - da revista https://revistas.ufri.br/index.php/rce/user da submissão	

<p>Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i></p>
<p>Anexos: O artigo em PDF Comprovante que o artigo está em avaliação - PDF</p>
<p>3 - Contexto</p>
<p>Area de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos</p>
<p>Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos</p>
<p>Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.</p>
<p>4 – Relevância</p>
<p>Aborda-se a necessidade de uma convivência positiva no lar, trabalho, sociedade, através da educação e autoeducação para convivencialidade.</p>
<p>Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>



DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

1 - DADOS GERAIS		
Título: CONVIVÊNCIA COMO DIREITOS HUMANOS: O DIFÍCIL RELACIONAMENTO HUMANO FACE À EXCLUSÃO NAS DIFERENÇAS		
Ano de publicação: SUBMETIDO - Em avaliação		
Autores: Adhemar Chufalo Filho e Patrícia Medina		
Docente: Professora Doutora Patrícia Medina		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo:		
Tipo de produção: Artigo Científico		
<input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <i>Desenvolvimento de produto</i>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Tipo: <input type="checkbox"/> Piloto <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Protótipo <input type="checkbox"/> projeto		
Natureza: <input type="checkbox"/> Aparelho <input type="checkbox"/> Instrumento <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Fármaco e similares <input type="checkbox"/> Equipamento		
Registro de Patente: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>		
Disponibilidade: <input type="checkbox"/> Restrita <input checked="" type="checkbox"/> Irrestrita		
Instituição financiadora: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>		

Universidade Federal do Tocantins - UFT Escola Superior da Magistratura Tocantinense - ESMAT	
Cidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Palmas, Estado do Tocantins	
País: Brasil	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input checked="" type="checkbox"/> Impresso <input type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Idioma: Português	
Título em Inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> LIVING AS HUMAN RIGHTS: THE DIFFICULT HUMAN RELATIONSHIP FACE EXCLUSION IN DIFFERENCES	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis

<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: (quantidade de caracteres digitados: 0/255)	

Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Sensibilização de pessoas via argumentação pois aborda a dificuldade para a sociedade em geral conviver fraternalmente, sem preconceitos ou discriminações para com as diferenças físicas, sociais, étnicas, econômicas, psicológicas.	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura

<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</small> https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao - da revista https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/submissions - da submissão	

<p>Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i></p>
<p>Anexos: O artigo em PDF Comprovante que o artigo está em avaliação - PDF</p>
<p>3 - Contexto</p>
<p>Area de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos</p>
<p>Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos</p>
<p>Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.</p>
<p>4 – Relevância</p>
<p>Trata de acessibilidade atitudinal. Trata da dificuldade para a sociedade em geral conviver fraternalmente, sem preconceitos ou discriminações para com as diferenças físicas, sociais, étnicas, econômicas, psicológicas.</p>
<p>Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>



DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

1 - DADOS GERAIS		
Título: DIREITOS HUMANOS. ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA		
Ano de publicação: SUBMETIDO - Em avaliação		
Autores: Adhemar Chufalo Filho e Patrícia Medina		
Docente: Professora Doutora Patrícia Medina		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo:		
Tipo de produção: Artigo Científico		
<input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: Desenvolvimento de produto		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Tipo: <input type="checkbox"/> Piloto <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Protótipo <input type="checkbox"/> projeto		
Natureza: <input type="checkbox"/> Aparelho <input type="checkbox"/> Instrumento <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Fármaco e similares <input type="checkbox"/> Equipamento		
Registro de Patente: (quantidade de caracteres digitados: 0/255)		
Disponibilidade: <input type="checkbox"/> Restrita <input checked="" type="checkbox"/> Irrestrita		
Instituição financiadora: (quantidade de caracteres digitados: 0/255)		

Universidade Federal do Tocantins - UFT Escola Superior da Magistratura Tocantinese - ESMAT	
Cidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Palmas, Estado do Tocantins	
País: Brasil	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input checked="" type="checkbox"/> Impresso <input type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Idioma: Português	
Título em Inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> HUMAN RIGHTS. ACCESSIBILITY OF PEOPLE WITH DISABILITIES TO THE COURTS OF JUSTICE	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial)

	organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	

Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Propor-se-á aos Tribunais de Justiça a implementação de boas práticas para inclusão dos seus jurisdicionados, através de oficinas, cursos, treinamentos a serem oferecidos aos seus servidores visando a inclusão plena dos jurisdicionados com deficiência.
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa
Inovação: <input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto: <input type="checkbox"/> Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura

<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input checked="" type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</small> http://ww2.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/ - da revista http://ww2.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/index.php/index/user - da submissão	

<p>Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i></p>
<p>Anexos: O artigo em PDF Comprovante que o artigo está em avaliação - PDF</p>
<p>3 - Contexto</p>
<p>Area de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos</p>
<p>Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos</p>
<p>Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.</p>
<p>4 – Relevância</p>
<p>Resultado de pesquisa empírica propõe aos Tribunais de Justiça a implementação de boas práticas para inclusão dos seus jurisdicionados, mediante formação continuada dos servidores através de oficinas, cursos, treinamentos a serem oferecidos aos seus servidores para acolhimento, atendimento, condução das pessoas com deficiência em seus fóruns, impactará na forma de acessibilidade e inclusão plena destas pessoas e em geral pela sensibilização dos agentes no serviço público.</p>
<p>Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>

APÊNDICE J – Formulários de desenvolvimento de programa de rádio ou TV

A seguir serão apresentados os formulários de programa de rádio ou TV referentes aos vídeos “Valorização da vida”, “Direitos humanos das pessoas com deficiência, acessibilidade atitudinal como normativa em geral”, “Direitos humanos, vida digna, educação como perspectiva e projeto de vida para os jovens”.



PROGRAMA DE RÁDIO OU TV

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
Título: VALORIZAÇÃO DA VIDA		
Ano de publicação: 2019		
Autor: Adhemar Chufalo Filho		
Docente: Professora Doutora Patrícia Medina		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo:		
Tipo de produção: Vídeo com palestra		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <i>Programa de rádio ou TV</i>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: <input type="checkbox"/> Entrevista <input checked="" type="checkbox"/> Outra – Palestra <input type="checkbox"/> Comentário <input type="checkbox"/> Mesa Redonda		
Emissora: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Vídeo de aproximadamente 8 minutos foi realizado nos estúdios da ESMAT, Escola Superior da Magistratura Tocantinense e publicado no YouTube.		
Tema: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Valorização da vida como Direitos Humanos.		
Data: 29 de setembro de 2019		
Duração: 8 minutos.		
Cidade: Palmas, Estado do Tocantins.		
País: Brasil.		
Idioma: Português.		

Título em inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> Valuing life	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input checked="" type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório

<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Aborda-se a necessidade de valorização da vida, como um dos principais Direitos Humanos, não importando as condições físicas ou mentais ou qualquer outra em que a pessoa se encontre, por ser parte de um todo, e não o todo. Prevenção ao suicídio.	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	

Impacto – área impactada pela produção	
<input type="checkbox"/> Econômico	
<input type="checkbox"/> Saúde	
<input type="checkbox"/> Ensino	
<input type="checkbox"/> Científico	
<input checked="" type="checkbox"/> Social	
<input type="checkbox"/> Cultural	
<input type="checkbox"/> Ambiental	
<input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo:	
<input type="checkbox"/> Potencial	
<input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Sensibilização das pessoas para a valorização da vida. A compreensão evita uma série de consequências negativas, tais como depressão, pessimismo, suicídio.	
Replicabilidade:	
<input checked="" type="checkbox"/> sim	
<input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial:	
<input checked="" type="checkbox"/> Internacional	
<input type="checkbox"/> Nacional	
<input type="checkbox"/> Regional	
<input type="checkbox"/> Local	
Complexidade:	
<input type="checkbox"/> Alta	
<input checked="" type="checkbox"/> Média	
<input type="checkbox"/> baixa	
Inovação:	
<input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo	
<input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo	
<input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo	
<input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias

<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input type="checkbox"/>	Educação
<input checked="" type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	
<input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento?	
<input type="checkbox"/> Financiamento	
<input type="checkbox"/> Cooperação	
<input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual?	
<input type="checkbox"/> Sim	
<input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia:	
<input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo	
<input type="checkbox"/> Em teste	
<input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento?	
<input type="checkbox"/> Sim	
<input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
https://www.youtube.com/watch?v=hyrBoO-cQyo.	
Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Anexos:	
Publicado no YouTube – Link acima.	
3 - Contexto	
[Área de concentração:	
<input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa:	
<input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos	
<input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa:	
<input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias	

- Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social
- Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida
- Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas
- Educação em Direitos Humanos
- Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.

4 – Relevância

Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. De 5 a 10 linhas por produto.

Valorização da vida, como um dos principais Direitos Humanos, não importando as condições físicas ou mentais ou qualquer outra em que a pessoa se encontre, por ser parte de um todo, e não o todo, e isso para uma melhor compreensão da vida e como prevenção para não levar ao suicídio. Público em geral

Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?

- Sim
- Não



PROGRAMA DE RÁDIO OU TV

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
Título: DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE ATITUDINAL COMO NORMATIVA EM GERAL		
Ano de publicação: 2020		
Autor: Adhemar Chufalo Filho		
Docente: Professora Doutora Patrícia Medina		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo:		
Tipo de produção: Vídeo com palestra		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: Programa de rádio ou TV		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: <input type="checkbox"/> Entrevista <input checked="" type="checkbox"/> Outra – Palestra <input type="checkbox"/> Comentário <input type="checkbox"/> Mesa Redonda		
Emissora: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Vídeo de aproximadamente 40 minutos filmado no Fórum da Comarca de Porto Nacional, Tocantins, e publicado no YouTube.		
Tema: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Trata-se da atitude das pessoas perante o direito de outrem, o respeito às diferenças, a importância da educação para convivência positiva iniciando na infância, passando-se pela adolescência, fase adulta e velhice. Dei ênfase, porém, à autoeducação.		
Data: 20 de abril de 2020		
Duração: 40 minutos.		
Cidade: Porto Nacional, Estado do Tocantins.		
País: Brasil.		

Idioma: Português.
Título em inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> Human rights of people with disabilities, attitudinal accessibility as normative in general
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:
<input type="checkbox"/> Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/> Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/> Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/> Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/> Tecnologia social
<input type="checkbox"/> Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/> Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/> Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/> Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/> Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/> Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input checked="" type="checkbox"/> Material Didático
<input type="checkbox"/> Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/> Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/> Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado

<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Aborda-se a necessidade de valorização da vida, como um dos principais Direitos Humanos, não importando as condições físicas ou mentais ou qualquer outra em que a pessoa se encontre, por ser parte de um todo, e não o todo. Prevenção ao suicídio.	
Impacto – nível:	
<input checked="" type="checkbox"/> alto	
<input type="checkbox"/> Médio	
<input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda:	
<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	
<input type="checkbox"/> Por concorrência	
<input type="checkbox"/> Contratadas	

Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input checked="" type="checkbox"/> Potencial <input type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Sensibilização das pessoas para a valorização da vida. A compreensão evita uma série de consequências negativas, tais como depressão, pessimismo, suicídio.	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input checked="" type="checkbox"/> Internacional <input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação

<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</small> https://www.youtube.com/watch?v=pTirEslgSLQ .	
Observação: <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</small>	
Anexos: Publicado no YouTube – Link acima.	
3 - Contexto	
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa:	

<input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos
<input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos
Projeto de pesquisa:
<input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias
<input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social
<input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida
<input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas
<input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos
<input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.
4 – Relevância
Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. <u>De 5 a 10 linhas por produto.</u>
Trata-se da sensibilização para atitude das pessoas perante o direito de outrem, o respeito às diferenças, a importância da educação para convivência positiva iniciando na infância, passando-se pela adolescência, fase adulta e velhice. Dá-se ênfase, porém, à autoeducação.
Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?
<input checked="" type="checkbox"/> Sim
<input type="checkbox"/> Não



PROGRAMA DE RÁDIO OU TV

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
Título: DIREITOS HUMANOS, VIDA DIGNA, EDUCAÇÃO COMO PERSPECTIVA E PROJETO DE VIDA PARA OS JOVENS		
Ano de publicação: 2020		
Autor: Adhemar Chufalo Filho		
Docente: Professora Doutora Patrícia Medina		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo:		
Tipo de produção: Vídeo com palestra		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: Programa de rádio ou TV		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: <input type="checkbox"/> Entrevista <input checked="" type="checkbox"/> Outra – Vídeo - Palestra <input type="checkbox"/> Comentário <input type="checkbox"/> Mesa Redonda		
Emissora: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Vídeo de aproximadamente 40 minutos. Trata-se de live para Escola CEM Florêncio Aires da cidade de Porto Nacional, Tocantins, e publicado no YouTube.		
Tema: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Orientado à conscientização de professores devem ter de sua importância na formação do caráter de seus alunos, com vista não somente à educação intelectual, mas também de uma consciência crítica em que desenvolve seus potenciais. Educação de todas as faixas de idade		
Data: 18 de julho de 2020		
Duração: 40 minutos.		
Cidade: Porto Nacional, Estado do Tocantins.		

País: Brasil.
Idioma: Português.
Título em inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> Human rights, dignified life, education as a perspective and life project for young people
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:
<input type="checkbox"/> Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/> Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/> Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/> Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/> Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/> Tecnologia social
<input type="checkbox"/> Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/> Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/> Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/> Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/> Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/> Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input checked="" type="checkbox"/> Material Didático
<input type="checkbox"/> Software/aplicativo (programa de computador)

<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Aborda-se a necessidade de valorização da vida, como um dos principais Direitos Humanos, não importando as condições físicas ou mentais ou qualquer outra em que a pessoa se encontre, por ser parte de um todo, e não o todo. Prevenção ao suicídio.	
Impacto – nível:	
<input checked="" type="checkbox"/> alto	
<input type="checkbox"/> Médio	
<input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda:	
<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	

<input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Sensibilização sobre Educação da criança, do jovem, do adulto e do idoso, da autoeducação, da consciência que professores devem ter de sua importância na formação do caráter de seus alunos, com vista não somente à educação intelectual, mas consciência crítica.	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input checked="" type="checkbox"/> Internacional <input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas

<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
URL <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</small> https://www.youtube.com/watch?v=fCQICR04uSc.	
Observação: <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</small>	
Anexos: Publicado no YouTube – Link acima.	
3 - Contexto	

<p>[Area de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos</p>
<p>Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos</p>
<p>Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.</p>
<p>4 – Relevância</p> <p>Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. <u>De 5 a 10 linhas por produto.</u></p> <p>Aborda-se a educação da criança, do jovem, do adulto e do idoso, da autoeducação, da consciência que professores devem ter de sua importância na formação do caráter de seus alunos, com vista não somente à educação intelectual, mas também de uma consciência crítica em que desenvolve seus potenciais. Apresenta-se exemplos de pessoas que superaram obstáculos sociais, financeiros, físicos, alcançaram e lutam por seus ideais, e que as dificuldades são transponíveis com a confiança em nós mesmos, desde que objetivos factíveis</p>
<p>Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>

APÊNDICE K – Formulários de relatório de pesquisa

A seguir será apresentado o formulário de relatório de pesquisa “Direitos humanos das pessoas com deficiência: acessibilidade atitudinal como normativa em geral”.



RELATÓRIO DE PESQUISA

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
Título: DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL COMO NORMATIVA EM GERAL		
Ano de publicação: 2020		
Autor: Adhemar Chufalo Filho		
Docente: Professora Doutora Patrícia Medina		
Discente: Adhemar Chufalo Filho		
Participante externo:		
Tipo de produção: Relatório Técnico		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e Instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: Relatório de pesquisa		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: (quantidade de caracteres digitados: 0/255) Relatório técnico de pesquisa com colheita de dados junto aos 26 Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal para saber da acessibilidade arquitetônica e atitudinal por meio de adaptações para o uso de pessoas com deficiência e treinamentos. O relatório foi produzido em língua portuguesa, Libras e Braille. Gerou também uma cartilha educativa.		
Projeto de pesquisa: (quantidade de caracteres digitados: 0/255) Teve como objetivo diagnosticar e propor soluções de educação mediante palestras, cursos, workshops, oficinas de artes, propaganda nos veículos de comunicação, rádio, televisão, mídias sociais para a sensibilização de seus servidores e magistrados e treinamento para acolhimento. Subprodutos parcialmente desenvolvidos e em implementação tais como cartilha educativa pronta, palestras em realização; os demais produtos em desenvolvimento.		
Número de páginas: 72 (setenta e duas)		
Idioma: Trilíngue: Português impresso, Braille e Libras.		
Instituição promotora: Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).		

Disponibilidade: <input type="checkbox"/> Restrita <input checked="" type="checkbox"/> Irrestrita	
Local: UFT/ESMAT	
Cidade: Palmas. Estado do Tocantins.	
Instituição Financiadora: Recursos próprios.	
País: Brasil.	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input checked="" type="checkbox"/> Impresso <input type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Título em Inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> HUMAN RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES: ATTITUDINAL ACCESSIBILITY AS A NORMATIVE IN GENERAL	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis

<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	

<p>Impacto – nível:</p> <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo
<p>Impacto – demanda:</p> <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas
<p>Objetivo da Pesquisa:</p> <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido
<p>Impacto – área impactada pela produção</p> <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem
<p>Impacto – tipo:</p> <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real
<p>Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Sensibilização para mudança atitudinal em relação às pessoas com deficiência. Impacto no atendimento, acolhimento, recepção às pessoas com deficiência e em geral nos prédios dos fóruns dos entes federados.</p>
<p>Replicabilidade:</p> <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
<p>Abrangência Territorial:</p> <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local
<p>Complexidade:</p> <input type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> baixa
<p>Inovação:</p> <input checked="" type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente

Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input checked="" type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não
Houve Fomento?	
<input type="checkbox"/>	Financiamento
<input type="checkbox"/>	Cooperação
<input checked="" type="checkbox"/>	Não houve
Não registro/depósito de propriedade intelectual?	
<input type="checkbox"/>	Sim
<input checked="" type="checkbox"/>	Não
Estágio da tecnologia:	
<input type="checkbox"/>	Piloto/ protótipo
<input checked="" type="checkbox"/>	Em teste
<input type="checkbox"/>	Finalizado/ Implantado
Há transferência de tecnologia/conhecimento?	
<input type="checkbox"/>	Sim
<input checked="" type="checkbox"/>	Não
URL <small>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</small>	

Observação: (quantidade de caracteres digitados: 0/1000)
Anexos: O trabalho final.
3 - Contexto
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos
Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.
4 – Relevância
Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. <u>De 5 a 10 linhas por produto.</u>
Direitos Humanos da pessoa com deficiência ao acesso da prestação jurisdicional através da inclusão e acessibilidade atitudinal em relação ao atendimento, de acordo com as características e necessidades específicas a cada tipo de deficiência, e para isso propomos a oferta de cursos, oficinas, treinamentos aos servidores e magistrados que impactará não somente o público alvo, pessoas com deficiência, mas em geral pela sensibilização de que do lado de fora do balcão está um ser humano à espera de atendimento com respeito, cordialidade, empatia.
Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

APÊNDICE L – Versão BRAILLE do relatório técnico

O relatório técnico foi formatado e impresso por Manoel Mendes Amorim, CPF N. 648.751.303-25, da Universidade Federal do Tocantins, no programa Braille Fácil desenvolvido pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Link para download do Braille Fácil e outras informações: <http://intervox.nce.ufrj.br/brfacil/>

Os volumes a seguir apresentam a versão BRAILLE do relatório técnico na íntegra.